



# Anais da Assembléia

Nº 164

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 1991

ANO XVII

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 136ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 1991  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e João Iensen.

A Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alorghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, José Alves e Nilton Cezar (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## E X P E D I E N T E:

Ofícios:

## OFÍCIOS

Sob o nº 602/91-GAB/SUPER, do Senhor Jaime Ricardo Paciornik - Superintendente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná, em resposta a PEDIDO DE INFORMA-

ÇÕES solicitado pelo Senhor Deputado Dalton Machuca, sobre "Contribuição do Estado e desconto dos servidores Públicos Inativos". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

OFÍCIO Nº 466/91

Senhor Presidente.

Tomo a liberdade de dirigir-me a Vossa Excelência, para apresentar justificativa à minha ausência aos trabalhos parlamentares deste dia, 05 de dezembro, tendo em vista compromissos assumidos na região junto ao eleitorado.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, reiterar a Vossa Excelência as minhas saudações.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) MARIO BEZERRA

Emenda:

## EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 527/91

"Acrescentar mais um artigo ao Projeto de Lei nº 527/91, nos seguintes termos:

"Art. 5º - Autoriza o Poder Executivo a dar o mesmo tratamento à Companhia de Desenvolvimento de Londrina- CODEL, com referência a dívida do Município de Londrina e o Governo do Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoio: Nelson Justus, Heinz Herwig, Arlindo Troian, Emília Belinati, Plauto Miró Guimarães e Rossoni.

Indicações:

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência com o propósito de indicar o nobre Deputado Nelson Garcia, membro da bancada do Partido da Frente Liberal, para compor a CPI que irá apurar possíveis irregularidades no processo autorizatório do recente aumento das passagens intermunicipais.

Sendo o que havia para o momento, renovo meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) COSTENARO NETO

Líder do PFL.

## INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Vimos a presença de Vossa Excelência, a fim de indicar o nome do Deputado Nilton Barbosa para compor a C.P.I. do Transporte Coletivo, pela Bancada do Partido Social Trabalhista- PST.

No ensejo reitero a Vossa Excelência protestos de alta estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) GERALDO CARTARIO  
Líder do PST

Manifesto:

MANIFESTO n° 3379-A -

Senhor Presidente.

Manifestamos apoio ao Substitutivo Geral / Projeto de Lei n° 492/91, da Deputada Emília Belinati, reconhecendo ser de grande importância na formação do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) D. PEDRO FEDALTO

Arcebispo de Curitiba

Presidente CNBB/Regional Sul II

Representando a: Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, Pastoral da Saúde, Pastoral da Mulher Marginalizada.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3347

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem com fundamento no art. 177 e seguintes do R.I., REQUER Preferência para o Projeto de Lei n° 499/91, constante da Ordem do Dia, da presente sessão.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 3353

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constante da ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) JOAO IENSEN

REQUERIMENTO N° 3368

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 10 sessões do Projeto de Resolução n° 058/91.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 3367

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o adiamento de sua discussão e votação por 2 (duas) sessões do Projeto de Lei n° 499/91.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) COLOMBINO GRASSANO.

REQUERIMENTO N° 3358

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata votos de congratulações à Fanfarra Marista, de Maringá, por sua brilhante participação no XIV Concurso Estadual de Fanfarras e Bandas, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5ª Região Militar.

Havendo conquistado o primeiro lugar na classificação por categoria e o primeiro lugar na classificação geral, a Fanfarra do Colégio Marista de Maringá, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 3359

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata votos de congratulações à Fanfarra do Colégio Estadual Pres. Roosewelt, de Guaíra, por sua brilhante participação no XIV Concurso Estadual de Fanfarras e Bandas, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5ª Região Militar.

Havendo conquistado o segundo lugar na classificação por categoria e o 13º lugar na classificação geral, a Fanfarra do Colégio Est. Pres. Roosewelt, de Guaíra, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 3360

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata votos de congratulações à Fanfarra do Colégio Barão de Antonina, de Rio Negro, por sua brilhante participação no XIV Concurso Estadual de Fanfarras e Bandas, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5.ª Região Militar.

Havendo conquistado o primeiro lugar na classificação por categoria e o segundo lugar na classificação geral, a Fanfarra do Colégio Barão de Antonina, de Rio Negro, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 3361

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata votos de congratulações à Fanfarra do Col. Est. Dr. Lauro Soares, de União da Vitória, por sua brilhante participação no XIV Concurso Estadual de Fanfarras e Bandas, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5.ª Região Militar.

Havendo conquistado o segundo lugar na classificação por categoria e o oitavo lugar na classificação geral, a Fanfarra do Colégio Est. Dr. Lauro Soares, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 3362

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata votos de congra-

tulações à Fanfarra do Colégio Santo Inácio, de Maringá, por sua brilhante participação no XIV Concurso Estadual de Fanfarras e Bandas, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5.ª Região Militar.

Havendo conquistado o primeiro lugar na classificação por categoria e o segundo lugar na classificação geral, a Fanfarra do Colégio Santo Inácio, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 3363

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata votos de congratulações à Fanfarra do Colégio Master, de Ponta Grossa, por sua brilhante participação no XIV Concurso Estadual de Fanfarras e Bandas, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5.ª Região Militar.

Havendo conquistado o segundo lugar na classificação por categoria e o quarto lugar na classificação geral, a Fanfarra do Colégio Master, de Ponta Grossa, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO N° 3364

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata votos de congratulações à Fanfarra Municipal de Matelândia, por sua brilhante participação no XIV Concurso Estadual de Fanfarras e Bandas, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5.ª Região Militar.

Havendo conquistado o terceiro lugar na classificação por categoria e o nono lugar na classificação geral, a Fanfarra

Municipal de Matelândia, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

#### REQUERIMENTO N° 3365

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata votos de congratulações à Fanfarra do Colégio Branca da Motta, de Maringá, por sua brilhante participação no XIV Concurso Estadual de Fanfarras e Bandas, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5.ª Região Militar.

Havendo conquistado o quarto lugar na classificação por categoria e o 12º lugar na classificação geral, a Fanfarra do Colégio Branca da Motta, de Maringá, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

#### REQUERIMENTO N° 3365

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos em Ata votos de congratulações à Fanfarra do Colégio São José, de Castro, por sua brilhante participação no XIV Concurso Estadual de Fanfarras e Bandas, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao Centenário da 5.ª Região Militar.

Havendo conquistado o primeiro lugar na classificação por categoria e o sexto lugar na classificação geral, a Fanfarra do Colégio São José, demonstrou a excelente formação e o grande preparo de seus integrantes, proporcionando um verdadeiro espetáculo para os presentes ao já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras promovido pela União Cívica Feminina Paranaense, com apoio das Secretarias de Educação, do Esporte e Turismo e da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

#### REQUERIMENTO N° 3357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o soberano Plenário, seja anexado os documentos constantes no Projeto de Resolução n° 060/90, e Projeto de Lei 276/90, ao Projeto de Lei 513/91, de autoria do subscritor.

Tal postulação prende-se ao fato da necessidade dos documentos apensos naqueles, no sentido de que seja preenchido os requisitos previstos na Lei Complementar n° 56/91.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(a) TOTI COLAÇO.

#### REQUERIMENTO N° 3374

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o nobre Plenário, REQUER, a inserção na Ata dos trabalhos da Assembléia Legislativa, hoje, "Votos de Profundo Pesar" pelo falecimento do "Senhor Luiz Carlos Holzmann", ocorrido hoje em Ponta Grossa, Paraná.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(a) DALTON MACHUCA

#### JUSTIFICATIVA:

Membro de tradicional família Pontagrossense, consternou inúmeros amigos e familiares com seu falecimento. Pai exemplar, entregou-se com sacrifício a educação dos filhos, passando desde então a guardar admiração e o respeito dos que o conheciam, por seus esforços, por sua retidão moral, pelos valores de bondade que transmitia a sua volta.

Assim, nesse momento de dor, oficialmente nos associamos a todos seus familiares e amigos.

#### REQUERIMENTO N° 3378

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da ilustre senhora Maria Furtado Alencar, ocorrido no Ceará, onde residia.

A extinta, pertencente a tradicional família cearense, foi mãe de filhos ilustres, como o ex-Deputado Federal e ex-membro desta Assembléia, José Alencar Furtado; foi ainda avô do pranteado Deputado Federal Heitor Furtado, tragicamente desaparecido.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(a) ANIBAL KHURY

## REQUERIMENTO N° 3356

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Votos de Congratulações à Comissão Organizadora do XIV Concurso de Bandas e Fanfarras, realizado no dia 16 de novembro próximo passado, nesta Capital, em homenagem ao centenário da 5.<sup>a</sup> Região Militar.

Composta por Antonio Aparecido Guimarães, Dalila de Castro Lacerda, Maria Luiza Bizerril, Doris Pereira, Jorge Cordeiro, Elvira D. Pereira e João Baptista B. Pereira, a Comissão organizou um evento de grande brilho, reafirmando o já tradicional Concurso de Bandas e Fanfarras, com o objetivo de despertar o sentimento cívico e sensibilizar a musicalidade da juventude do Paraná.

Que o presente constitua os cumprimentos dos membros da Comissão Organizadora, para a realização de mais essa edição do Concurso de Bandas e Fanfarras no nosso Estado.

Que do presente seja dada ciência, também, à Presidência da União Cívica Feminina, Secretarias da Educação, Esporte e Turismo e à Prefeitura de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(a) ALGACI TOLIO.

## REQUERIMENTO N° 3354

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, que se registre em Ata um voto de aplausos ao Ministério Público do Paraná, mais particularmente à Procuradoria de Defesa do Consumidor, pelo ajuizamento de medida que intenta através da 13.<sup>a</sup> Vara Cível de Curitiba, contra a veiculação de publicidade de contornos racistas promovida pela empresa Benetton Brasil Têxtil.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(a) GERALDO CARTARIO

## JUSTIFICATIVA:

Os fundamentos deste pedido são os mesmos que alinhabei em requerimento encaminhado à Mesa, na sessão anterior, para repudiar as práticas segregacionistas e já hoje para exaltar a reação de quantos se mobilizem contra a discriminação racial. Então nesse caso o Ministério Público do Paraná, como instituição, e, de modo particular, o procurador Clayton Camargo, representante da Promotoria de Defesa do Consumidor.

A medida judicial proposta questiona a iniciativa publicitária da Benetton, que esparramou out-doors em Curitiba e no resto do País veiculando um quadro chocante

de tom racista com as figuras de duas crianças juntas: uma loira e outra negra. A loira tem cabelos cheios de cachos, sugerindo a imagem de um anjo; a negra aparece com os cabelos penteados de maneira que imita dois chifrinhos.

O procurador achou a propaganda abusiva e nós também. Daí este requerimento, que esperamos seja aprovado, como reafirmação dos anseios integracionistas e de igualdade racial desta Casa.

## REQUERIMENTO N° 3370

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM, com base no artigo 97, do Regimento Interno desta Casa de Leis, a convocação do Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Senhor Heron Arzua, para prestar esclarecimentos sobre a posição do Governo do Estado, bem como clarear dúvidas que pairam sobre a "Paraná Companhia de Seguros", empresa da qual o Banco do Estado do Paraná é acionista e que segundo denúncias levantadas pelo próprio Governo Estadual, estaria dando prejuízos ao erário público paranaense.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(aa) DOUTOR ROSINHA;

OVIDIO CONSTANTINO

e ERNANI PUDELL.

## REQUERIMENTO N° 3376

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, solicita ao Senhor Governador do Estado - Roberto Requião, que autorize a COPEL e a SANEPAR, a prorrogação das referidas contas, pelo prazo de 90 (noventa) dias, para atender os bônus-frias, dos seguintes municípios:- Jaguapitã, Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso, Porecatu, Sertãozinho, Sabáudia, Ibiçara, Cornélio Procopio, Centenário do Sul, Astorga e Londrina; e Iguaraçu; em virtude da longa estiagem ocorrida na região norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(a) JOSE TAVARES.

## REQUERIMENTO N° 3377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, solicita ao Senhor Governador Roberto Requião, que autorize a Secretaria de Estado da Segurança Pública, através da Coordenação de defesa civil a liberação de cestas-básicas; para atender aos bônus-frias dos seguintes municípios:- Jaguapitã, Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso, Po-

recatu, Sertãoópolis, Sabáudia, Ibioporã, Cornélio Procópio, Centenário do Sul, Astorga, Londrina e Iguaraçu; em virtude da longa estiagem ocorrida na região Norte do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(a) JOSÉ TAVARES

#### REQUERIMENTO Nº 3355

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Tribunal Regional Eleitoral, TRE, solicitando seja verificada a possibilidade de instalação de um posto de cadastramento eleitoral no Colégio Ivo Leão, localizado na Rua Nossa Senhora da Cabeça, 1901, Cidade Industrial de Curitiba, nesta Capital.

Tal solicitação justifica-se pelo elevado número de habitantes daquela região (22.400), dos quais muitos capacitados a votar.

Entretanto, por obstáculos de diversas naturezas, tais cidadãos ainda não registraram-se como eleitores, a fim de garantirem participação ativa no processo democrático.

Diante disso, acreditamos que a instalação de um posto de cadastramento eleitoral viria facilitar a apresentação de tais pessoas à Justiça Eleitoral.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) ALGACI TOLIO

#### REQUERIMENTO Nº 3372

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Governador do Estado do Paraná, no sentido de viabilizar verbas para o Hospital Evangélico de Curitiba, o qual está com seu Pronto-Socorro fechado por falta de recursos, e seriamente disposto a fechar suas portas o que acarretaria uma desgraça para a população que necessita da emergência efetiva do referido Hospital.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) CARLOS SIMÕES

Apoio: Domingos Carvalho, Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Túlio, Luiz Carlos Martins, Toti Colação, Duílio Genari, Geraldo Cartário, Plauto Miró Guimarães, José Tavares, Renato Adur, Nelson Garcia, Severino Félix, Eurides Moura, Ademar Traiano, Albino Corazza, Antônio Annibelli, João Preis, Neivo Beraldin, Rossoni, Nelson Justus, Cezar Silvestri,

Edson Silva Lino, Dobrandino da Silva, Alceu Swarowski, Heinz Herwig, Colombino Grassano e Orlando Pessuti.

#### JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de que o Hospital Evangélico de Curitiba, representa um atendimento efetivo de cerca de 45% dos casos emergenciais de nossa Capital e da Região Metropolitana de Curitiba, e o Pronto-Socorro do Hospital Evangélico está com suas portas fechadas por falta de recursos financeiros, sem condições mínimas de dar atendimento as pessoas que necessitam.

Dessa forma requeremos que o Governo do Estado do Paraná através do Governador viabilize uma solução para não agravar mais a saúde dos paranaenses que já não possuem uma política séria e efetiva de saúde.

Para tanto, solicitamos que seja encaminhado o expediente ao Governador do Estado para que seja contornado essa situação que certamente se continuar vai prejudicar uma grande parcela do povo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 3375

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando a antecipação do último repasse da Cota-parte do ICMS pertencente aos Municípios, do dia 31 para o dia 27 de dezembro próximo, a exemplo do que ocorreu em anos anteriores.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(a) DURVAL AMARAL

#### JUSTIFICATIVA:

O dia 31 de dezembro próximo é feriado bancário e mantendo-se o calendário sistemático previsto para repasses da Cota-parte do ICMS dos Municípios para tal dia, esta somente se efetivará no dia 02 de janeiro, com o dinheiro disponível para as prefeituras no dia 03/02/92.

Considerando-se que a maioria dos Municípios se encontram em dificuldades e necessitam de tais recursos para fazer frente às volumosas despesas nos últimos dias do ano, inclusive o pagamento de funcionários e 13º salário a medida, caso adotada, em muito os beneficiará.

Assim, conto com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 3371-A

Senhor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça, por seu Presidente e Relatora do Projeto de Lei nº 525/91, ao final subscritos, RE-

QUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso XIII, combinado com artigo 131 ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Secretaria de Estado dos Transportes e a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba-COMEC, para que manifestem-se quanto a proposta do douto Parlamentar, em autorizar a integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

EMÍLIA BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 3375-A

SOMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações junto à Secretaria de Estado da Administração do Governo do Estado, necessárias à complementação do Projeto de Lei nº 531/91, que autoriza o Poder Executivo para que as transferências de funcionários públicos sejam feitas somente no período de férias escolares de final de ano.

Senhor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei nº 531/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso XIII, combinado com o artigo 131 ambos da Resolução nº 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Secretaria de Estado da Administração do Governo do Estado, para que as mesmas procedam a apreciação e manifestem seu parecer acerca dos aspectos da matéria.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(a) COLOMBINO GRASSANO

#### REQUERIMENTO Nº 3380-A

SOMULA: Requer encaminhamento de pedido de informações à Secretaria de Estado dos Transportes, necessárias à complementação do Projeto de Lei nº 529/91, que autoriza o Poder Executivo a realizar procedimentos para a construção de Rodovia interligando Maringá à Faxinal dos Mendes, no Município de Tibagi.

Senhor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei nº 529/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, Inciso V, combinado com o artigo 131 ambos da Resolução 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Secretaria de Estado dos Transportes, para que a mesma opine sobre a viabilidade deste, bem como

sobre a sua dotação orçamentária.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

JOSE AFONSO JÚNIOR

#### Projetos de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 079/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área abaixo especificada, para que a população decida sobre a criação do Município de Teresa Cristina, desmembrado do Município de Cândido de Abreu, conforme os limites e confrontações:

Com o Município de Cândido de Abreu:

"Começa no Rio Ivaí, na Foz do Rio Barra do Doutor, sobe por este até a Foz do Arroio Gamelão, daí por este até a sua nascente;

Com o Município de Reserva:

"Começa na nascente do Arroio Gamelão, deste ponto, segue por uma linha seca, sentido Norte-Sul, divisa com o Município de Reserva, até a confluência dos Rios Ivaizinho e Barra Grande; deste ponto, sobe pelo Rio Barra Grande, até a sua nascente, ponto próximo à localidade denominada de "Imbuia" na Estrada BR-487 e Serra de Imbuia; segue em linha seca pela referida serra sentido Leste, até a divisa da Colônia Ivaí, limite com o Município de Ivaí;

Com o Município de Ivaí:

"Começa na Serra da Imbuia, na divisa da Colônia Ivaí, segue por esta sentido Norte-Sul até o Rio dos Índios, e por este abaixo até sua Foz no Rio Ivaí, divisa dos Municípios de Ivaí e Prudentópolis;

Com o Município de Prudentópolis:

"Começa na Foz do Rio dos Índios no Rio Ivaí, desce por este até encontrar a Foz do Rio Barra do Doutor, ponto de partido.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(a) EDSON SILVA LINO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 080/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área abaixo especificada, para que a população decida sobre a criação do Município de Ariranha, desmembrado do Município de Ivaiporã, que: "tem



seu início no Rio Ivaí na divisa dos Municípios de Cândido de Abreu com Manoel Ribas, seguindo a divisa do mesmo com três rumos definidos até encontrar o Rio Azul descendo por este até encontrar a estrada que liga Ariranha a Ivaiporã, passando pelo Bairro de Barraquinha e Alecrim, aí seguindo pela estrada do Formoso até o entroncamento da Estrada do Formoso com a estrada para Santa Bárbara, seguindo por esta até encontrar a nascente do Rio Formoso. Aí desce pelo Rio Formoso, até sua Foz com os Municípios de Grandes Rios e Cândido de Abreu, até onde teve início esta descrição".

#### Descrição do Perímetro Urbano:

"Cruzamento da Rua Faxinal com a Rua Guarapuava - Rua Guarapuava até a divisa dos lotes nºs 22 (exclusive) e 23 (inclusive) - divisa do lote 23 (inclusive) contornando o terreno do cemitério até a Rua Belo Horizonte - Rua Belo Horizonte até a Rua Jacutinga - Rua Jacutinga até o Contraforte que liga as Ruas Belo Horizonte e Faxinal - Contraforte que liga as Ruas Belo Horizonte e Faxinal até a Rua Faxinal - Rua Faxinal até a Rua Guarapuava".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(a) EDSON SILVA LINO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 081/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área abaixo especificada, para que a população decida sobre a criação do Município de Arapuan, desmembrado do Município de Ivaiporã, que: "começa na cabeceira da ponte sobre o Rio Bolha, à margem da estrada que liga Ivaiporã a Arapuan e daí pela margem esquerda da referida estrada, contornando e incluindo o patrimônio de Arapuan, segue pela margem esquerda desta estrada até a Escola Julio Tuvardoski, e daí, em rumo Norte pela estrada da Placa Água Fria até o Rio Corumbataí e daí pela margem direita, descendo até a linha que divide o Município de Jardim Alegre e por esta linha seca até a margem esquerda do Rio Bolha, subindo por este até o ponto de partida.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(a) EDSON SILVA LINO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 083/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área abaixo especificada, para que a população decida sobre a criação do Município de Rio Novo, desmembrado do Município de Reserva que: "Tem seu início na PR-239 com a nascente do Rio do Peixe ou Alonso, descendo por este até a sua Foz com o Rio Bonito, divisa dos Municípios de Grandes Rios e Ortigueira, segue por este acima até encontrar o Rio Cascudo, por este acima até sua cabeceira mais alta, na Serra dos Monjolinhos e segue numa linha reta e seca até a estrada 239, com a nascente do Rio do Peixe ou Alonso, ponto inicial desta descrição".

#### Descrição do Perímetro Urbano:

Confluência do Rio Novo com o Arroio Sem Nome - Sobe o Arroio Sem Nome até sua nascente - deste ponto segue em linha seca pela divisa do perímetro urbano (inclusive), fundo das terras de Manoel Jeffer Machado e Luiz A. de Lima (exclusive) até a Estrada para Faxinal Fino - deste ponto segue rumo Oeste em linha seca pela divisa do perímetro urbano (inclusive) e terras de Vicente Manoel de Souza, Lotar Nelson Kurscheidt e Francisco Sotoski (exclusive) cruzando a estrada para Rio Branco até o Rio Novo - Rio Novo até o Arroio Sem Nome".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(a) EDSON SILVA LINO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 084/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área abaixo especificada, para que a população decida sobre a criação do Município de Jacutinga, desmembrado do Município de Ivaiporã que: "inicia na margem da Foz do Rio Formoso e pela margem esquerda do Rio Ivaí, segue o Rio Ivaí abaixo divisando com o Município de Grandes Rios, até encontrar a Foz do Ribeirão Pindaúva na divisa do Município de Jardim Alegre, seguindo por esta divisa subindo o Ribeirão Pindaúva, incluindo o povoado de Santa Cruz até encontrar a estrada que liga Jacutinga-Ivaiporã, aí segue a referida estrada sentido Ivaiporã-Jacutinga, até o entroncamento da Estrada Formoso, seguindo por esta até a estrada



que vai a Santa Bárbara divisa do Distrito de Ariranha até a nascente do Rio Formoso, descendo o Rio Formoso até sua Foz com o Rio Ivaí, ponto inicial desta descrição.

#### O Perímetro Urbano de Jacutinga:

"Inicia na divisa com a chácara nº 04 (Rua Guaiambe), deste ponto deflete à direita pela Rua Ivaiporã, até encontrar as divisas das datas nºs 01, 02, 03, 04, 05 e 06, da quadra nº 05 do loteamento Vila Aparecida, indo atingir a Rua Jardim, segue à direita pela referida Rua até a Rua São Francisco, com a deflexão à direita pela mesma Rua até a Rua Ivaiporã; seguindo por esta até encontrar um marco cravado na divisa entre Vila Conceição e o lote nº 37 "A" da Gleba Jacutinga; deste deflete à direita SE 3° 24 NE, numa distância de 210,05 metros, até encontrar um marco cravado na divisa com o lote nº 38; deste ponto deflete à direita com o rumo SE 76° 40" NE até encontrar o prolongamento da Rua São Miguel seguindo por esta até a Rua Cambê, onde deflete à esquerda até encontrar um marco cravado nas divisas dos lotes nº 58 e 58 "A", seguindo por esta divisa até a Rua Rolândia do loteamento Vila Bom Jardim e seguindo por esta até as divisas das quadras nºs 05, 06 e 07 do mesmo loteamento, até encontrar a Rua Faxinal, seguindo por esta à direita até a estrada de rodagem para Ivaiporã, de onde deflete à direita e segue pela aludida estrada até a Rua Pindaúva, seguindo por esta última até a Rua Guaiambe, de onde defletindo à direita irá atingir o ponto de partida deste memorial".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(a) EDSON SILVA LINO

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 577/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 9.353 de 27 de agosto de 1991, passa a vigorar com seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Município de Candói, com território desmembrado do Município de Guarapuava, formado com área do Distrito de Candói e do Distrito de Paz, com as seguintes divisas:

"Começa no Rio Cavernoso, no encontro com a Estrada Capão da Lagoa-Cantagalo, segue pela referida estrada até o encontro com a Estrada Capão da Lagoa-Campo Fecha-

do, segue por esta até o Lajeado dos Porcos, descendo o Lajeado dos Porcos até sua Foz no Rio Campo Real, descendo o Rio Campo Real até a sua Foz no Rio Jordão, descendo o Rio Jordão até sua foz no Rio Iguaçu, descendo o Rio Iguaçu até a Foz do Rio Cavernoso acima até o encontro com a Estrada Capão da Lagoa-Cantagalo, ponto de partida".

#### Memorial Descritivo do Quadro Urbano da Localidade de Segredo, Sede do Município de Candói.

"Iniciando no marco 0-PP cravado nas confluências de terras pertencentes a Cristiano Wollff a margem direita da estrada Municipal GA-520 sentido BR-373/Segredo, deste marco segue com o azimute AZ 113°33'57" e distância de 380,41m confrontando com Cristiano Wollff até o marco nº 01; deste segue com AZ 206°17'05" e distância 89,56m até o marco nº 02, com AZ 206°22'56" e distância 122,88m até o marco nº 03, com AZ 206°36'46" e distância 112,62m até o marco nº 04 com AZ 291°25'29" e distância 124,57m até o marco nº 05, com AZ 193° 02'35" e distância de 91,85m até o marco nº 06, com AZ 193°55'31" e distância 494,41m até o marco nº 07, com AZ 94° 36'38" e distância 291,06m até o marco nº 08 todos confrontando com o reflorestamento Morro Verde (Trombine); deste segue com AZ 183°16'14" e distância de 261,60m até o marco nº 09, AZ 190°50'19" e distância 199,93m até o marco nº 10, AZ 271°17'53" e distância de 53,99m até o marco nº 11, AZ 281°44'57" e distância de 92,53m, até o marco nº 12, AZ 180°46'15" e distância de 167,57m até o marco nº 13, todos margeando a estrada de acesso ao aeroporto e confrontando com Vinício Reis e outros: deste segue com o AZ 207°39'34" e distância de 157,44m até o marco de nº 14 com AZ 269°07'37" e distância de 82,85m até o marco nº 15, com AZ 183°19'05" e distância de 241,75m até o marco de nº 16 com AZ 269°27'05" e distância de 287,84m até o marco de nº 17, com AZ 346°37'47" e distância de 310,45m até o marco de nº 18, com AZ 281°39'43" e distância de 289,99m até o marco de nº 19, com AZ 270°45'13" e distância de 137,91m até o marco de nº 20, todos confrontando com João Maurina; deste segue com AZ 329°56'17" e distância de 90,92m até o marco de nº 21, com AZ 330°19'30" e distância de 613,98m até o marco de nº 22, confrontando com Audino Etinge, deste segue com AZ 327°31'52" e distância de 101,96m até o marco de nº 23, com AZ 328°09'43" e distância de 104,20m até o marco de nº 24 com AZ 274°52'43" e distância de 92,99m até o marco de nº 25 com AZ 38°58'25" e distância de 309,56m até o marco de nº 26, AZ 49°23'25" e dis-

tância de 94,37m até o marco de nº 27, com AZ 43°37'40" e distância de 81,99m até o marco de nº 28, com AZ 34°44'13" e distância de 501,94m até o marco de nº 29, todos confrontando com Iva Vani e outros; deste segue com AZ 105°15'51" e distância de 128,98m até o marco de nº 30, com AZ 103°36'41" e distância de 115,53m até o marco de nº 31, com AZ 99°54'02" e distância 68,90m até o marco nº 32 todos confrontando com Walter Frans; deste segue com AZ 82°00'20" e distância de 343,26m até o marco de nº 33, com AZ 359°16'10" e distância de 199,61m até o marco de nº 34, com AZ 124°08'30" e distância de 61,55m até o marco de nº 35, confrontando com Idavino Pazandir, e finalmente deste segue com AZ 110°48'25" e distância de 196,59m confrontando com Cristiano Wollff até o marco nº 0-PP onde iniciou-se e encerra-se a presente demarcação.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.91

(a) JOSE AFONSO JUNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

A localidade de Segredo possui aproximadamente 2.000 (duas mil) residências, água tratada da SANEPAR, escola de 1º e 2º graus, 5 (cinco) igrejas, aeroporto asfaltado homologado para grandes aeronaves, posto de saúde, uma das maiores indústrias de papel do País, a Indústria de Papel Trombine S/A e a sede da Hidrelétrica de Segredo, uma das maiores do Estado. A referida localidade conta com cerca de 100 (cem) casas comerciais, postos de gasolina e Cooperativa, e uma população de aproximadamente 10.000 (dez mil) habitantes.

A sede criada pela lei anterior não oferece as condições necessárias e de infra-estrutura para receber a instalação do novo Município.

Pelos motivos acima citados, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 578/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Os vencimentos dos escrivães de polícia não serão inferiores àqueles atribuídos aos escrivães ou titulares de cartórios oficializados do foro judicial.

Art. 2º - Observada a correlação entre as respectivas classes e entrâncias, fica assegurada a revisão dos vencimentos dos escrivães de polícia nos mesmos percen-

tuais e sempre que forem revistos os vencimentos atribuídos aos escrivães ou titulares dos cartórios oficializados do foro judicial, aos quais aqueles ficam equiparados.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

A equiparação dos vencimentos percebidos pelos escrivães de polícia deve ser equiparada aos escrivães ou titulares de cartórios do foro judicial como forma de atender aos dispositivos constantes nas Constituições Federal e Estadual.

O art. 37, incisos XII e XIII e o art. 39, § 1º da Constituição Federal "assegura aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário".

Na mesma linha, a Constituição Estadual nos seus artigos 27, XII e 33, § 2º, assegura isonomia nos vencimentos aos servidores que possuam cargos com atribuições semelhantes.

#### PROJETO DE LEI Nº 579/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a isentar em 40% o pagamento das taxas de luz e água aos aposentados e pensionistas que ganham até 4 (quatro) salários mínimos.

Parágrafo Único: Para se beneficiarem da isenção disposta neste artigo, os interessados deverão se cadastrar junto aos Órgãos fornecedores de água e luz de seu Município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.91

(a) JOÃO IENSEN

#### JUSTIFICATIVA:

É público e notório o drama dos aposentados no País. Note-se a defasagem em seus contra-cheques em carnês, sem contar a falta de consideração com esta parcela de brasileiros, que deram grande parte de sua vida, ao trabalho e ao desenvolvimento.

Falta um plano que estabeleça uma política justa e digna, e que traga a esta classe de idosos, um final de vida humano e tranquilo.

O desconto de 40% (quarenta por cento) nas contas de água e luz, para os aposentados reflete um pequeno ato de justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Carlos Simões.

Ausente do Plenário.

Com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Há pouco mais de um mês, desta tribuna nós levantávamos o problema sério que assolava o Município de Ivaiporã. Falávamos das dificuldades, falávamos das formas de concorrência e das discussões que a sociedade trazia como preocupação, em relação a vida daquela comunidade.

Lamentavelmente, o Município de Ivaiporã vem pagando o preço que não deve, pela difamação da administração que está posta hoje em Ivaiporã.

Nós assistimos a televisão, através do SBT em rede estadual, colocando a realidade que tentávamos passar a este Plenário em relação ao Município de Ivaiporã.

Desde que o salário mínimo foi à 42 mil cruzeiros, esses trabalhadores, em torno de 900 trabalhadores, aproximadamente jamais receberam um centavo e em sua maioria são assalariados de salário mínimo, jamais receberam um centavo de pagamento referente a 42 mil cruzeiros.

São três meses de dificuldades, três meses de miséria, três meses de fome que assola o quadro de funcionários da Prefeitura de Ivaiporã.

Para nossa surpresa, nós vimos estampado na Folha de Londrina, desta última quarta-feira, a manchete: "Greve fecha a Prefeitura de Ivaiporã".

Lamentavelmente, as contas daquele município estão bloqueadas. A sua vida está inviabilizada e nesta última semana agora, também os funcionários de assessoria entraram em greve, a paralisação é total e a comunidade vem ajudando, vem coletando alimentos para que aquelas crianças, para que aqueles operários que inclusive estão pelas ruas, não passem mais fome, mais necessidade do que já estão passando.

E quando eu dizia da nossa surpresa, nesta quarta-feira, eu dizia pela posição tomada pelo Senhor Prefeito de Ivaiporã, que trouxe através da Folha de Londrina a realidade do porquê de Ivaiporã estar passando por esta situação humilhante.

Ele diz num dos trechos da sua entrevista e tem que ficar registrado nos Anais desta Casa, "sem receber seus salários há três meses os servidores resolveram parar", o Prefeito diz que depende de antecipação de receita. Mas vejam bem Senhores Deputados, que quando levantávamos o problema nesta tribuna, há menos de um mês, pedindo para que se fizesse uma auditoria, esta Casa rejeitou tal pedido, em sua maioria, porque não acreditava naquilo

que estávamos falando.

Hoje está a justiça atuando, dizendo da verdade, bloqueando as contas, reconhecendo o direito dos trabalhadores e o Prefeito de Ivaiporã, lamentavelmente está correndo de chapéu na mão, passando por situação de humilhação, sendo prometido hoje liberação de recursos, amanhã liberação de recursos e isto jamais acontece e neste jornal que nós acabamos de citar, ele relata a verdade do que está se passando. Diz, de acordo com explicações do Prefeito, além das sucessivas quedas da Receita e do processo de recessão, a dificuldade financeira do município tem origem em fins de 89, quando investiu consideráveis somas de recursos nas obras de pavimentação da estrada Ivaiporã-Jacutinga. Na época, e eu gostaria que Vossas Excelências prestassem atenção porque esta é a realidade, ele fez o investimento acreditando nas promessas feitas por aqueles que estavam no Poder do Paraná, na época da campanha e até hoje não obteve respostas quanto a este direito. Ele diz, na época, de acordo com o Prefeito, o ex-Governador Alvaro Dias firmou compromissos de ressarcir a Prefeitura, o mesmo ocorrendo com o futuro Governador Roberto Requião. Contudo diz, nada foi devolvido a Ivaiporã que segundo cálculos recentes do DER, investiu em valores atualizados cerca de 450 milhões de cruzeiros. São estes 450 milhões de cruzeiros para fazer média, para que o Governo do PMDB hoje estivesse no Poder, que está deixando de miserabilidade no município de Ivaiporã e assume aqui Sua Excelência o Senhor Prefeito a realidade dos fatos. Não é culpa do município de Ivaiporã, pagar o preço que está pagando. Não é culpa dos funcionários públicos da Prefeitura de Ivaiporã pagar o preço que estão pagando. E lamentavelmente tem que viver se humilhando, também o Prefeito de Ivaiporã que ficou sozinho, ficou sozinho com a carga do investimento feito para ganhar a campanha do Governador Requião no município de Ivaiporã. Aqui ele está dizendo da afirmativa, fez o investimento em obras e fez o investimento também na campanha, porque havia a promessa do ressarcimento desses investimentos. Lamentavelmente, Senhores Deputados, ontem nós ouvíamos pela televisão dizer que o Prefeito de Ivaiporã havia sumido do município, porque não queria arcar com a responsabilidade dos cheques frios, das contas bloqueadas e do salário em atraso dos seus servidores. Nós não podemos concordar com isto e neste momento temos que nos colocar na defesa também do trabalho do Prefeito de Ivaiporã, que está freqüentemente nesta Assembléia, que está freqüentemente correndo o Palácio Iguaçu à procura da promessa que lhe foi feita de devolução do dinheiro investido

na campanha do PMDB em 89. Lamentavelmente nós estamos vendo uma região promissora, uma região progressista, uma região como Ivaiporã passar por uma humilhação tamanha, que não merece, indo para as páginas de jornais, indo para as televisões para que se diga o preço que Ivaiporã não merece que é o preço da difamação. Lamentavelmente...

(Término do tempo).

O SR. HEINZ HERWIG - O Deputado Paulo Maia pode usar o Horário da Liderança do PSDB.

O SR. PAULO MAIA - Muito obrigado, Excelência, muito obrigado. Então nós estamos vendo aqui, Senhores, segundo informou Otaviano Proença Netto, funcionário público há 27 anos, todos os servidores e suas famílias já estão passando dificuldades, além da falta dos salários de setembro, outubro e novembro, a maioria já está sem crédito para aquisição do essencial, ou seja, gêneros alimentícios e este é um dos assessores diretos da administração de Ivaiporã...

O SR. EDSON SILVA LINO - Vossa Excelência me concede um aparte?  
(Assentimento).

Deputado Paulo Maia, inicialmente meu muito obrigado por conceder o aparte. E eu solidarizo com o povo de Ivaiporã e me junto a Vossa Excelência nesta denúncia. E lamentavelmente quando Vossa Excelência há meses atrás entrava na Assembleia com um Requerimento pedindo que o Tribunal de Contas fosse a Ivaiporã para levantar as falcaturas, as malandragens, as maracutaias, as roubalheiras que lá existem, 99% o reprovaram. Eu me somei a Vossa Excelência por conhecer a região e saber o que acontecia. Isso é bíblico: o homem quando comete um mal e não é punido imediatamente, os corações dos homens se inclinam para o maligno. E se naquela época tivesse sido punido o Prefeito de Ivaiporã, hoje aquela população ordeira, trabalhadora não estaria na situação de caos como está hoje. Hoje, a administração de Ivaiporã, se é que se pode chamar aquilo de administração, está envergonhando o nosso Vale do Ivaí, o nosso Paraná.

Portanto, eu somo com Vossa Excelência nesse seu pronunciamento, e o Tribunal de Contas deve não só ir a Ivaiporã, como também levantar porque está comprovado: as contas estão bloqueadas, as licitações que foram montadas para levantar recursos da maior conta, e tem que ser levantado e o responsável terá que ir no mínimo para a cadeia.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço o aparte de

Vossa Excelência. Mas este momento é um momento de bastante crise. Eu tenho assistido e tenho feito contato freqüente com o nobre companheiro Deputado Orlando Pessuti, que está durante todo esse período também, aguardando uma resposta positiva para a situação de dificuldade que vive o Município de Ivaiporã. Lamentavelmente também Sua Excelência o Deputado Pessuti vem encontrando dificuldades; e eu quero neste momento pedir aos aliados, pedir à Assembleia Legislativa que, juntos, possamos interceder pela vida dos funcionários públicos do Município de Ivaiporã para que se possa dar no mínimo condições de vida, que é o mínimo que aqueles trabalhadores merecem: é o respeito à vida humana.

Senhores Deputados, eu já dizia e volto a frisar: crianças, Deputado Colombino, estão caindo por desnutrição, trabalhadores que correm o risco no meio da rua estão desmaiando por desnutrição. Não existe mais crédito, e ganhando salário mínimo a situação fica pior ainda.

Por isso, eu quero pedir a esta Casa: os erros existem, cabe ao Tribunal de Contas levantá-los, mas neste momento de dificuldades, temos que nos somar ao povo de Ivaiporã que não merece o preço que está pagando. Por isso, somo-me à luta do Deputado Pessuti e quero pedir aos demais Deputados: vamos nos somar, é um problema que Ivaiporã e seu povo não deve.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Vossa Excelência me permite um aparte?  
(Assentimento).

Senhor Deputado, eu recebi no dia de ontem do Presidente Nacional do Partido Liberal, Deputado Álvaro Valle, uma cópia de memorial enviado pelas professoras municipais de Ivaiporã, onde elas alegam ter ouvido o programa do PL, e que a Mensagem do PL no setor da Educação está atendendo aos reclamos da população brasileira. E como o Senhor Prefeito Municipal de Ivaiporã foi eleito pela legenda do Partido Liberal, Sua Excelência o Presidente Nacional pediu-me que diligenciasse junto ao Senhor Prefeito Municipal, no sentido de verificar se realmente aquela informação era procedente e se realmente o Município de Ivaiporã estava passando por este momento de dificuldades.

Então, eu devo informar a Vossa Excelência que infelizmente nos quadros do Partido Liberal já não mais pertence o Prefeito Municipal de Ivaiporã, e os problemas que ele enfrenta são problemas que talvez sejam comuns a grande parte dos Municípios do Paraná, mas devo dizer que nós lamentamos profundamente isso e esperamos que haja uma solução para o problema de Ivaiporã, muito bem equacionado por Vossa Excelência e, como Vossa Excelência

informou, também com a preocupação constante do Senhor Líder do PMDB.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço a contribuição de Vossa Excelência e concedo em seguida o aparte ao nobre Líder do PMDB, Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti- (Aparteante)- Deputado Paulo Maia nós queremos, nesse momento que Vossa Excelência usa da tribuna, tecer considerações acerca da nossa cidade, Ivaiporã, cumprimentá-lo pela preocupação que tem com a solução do problema e dizer que Vossa Excelência, a exemplo de nós, diferente de outros parlamentares, conhece com profundidade e com muito interesse os assuntos de Ivaiporã, porque lá reside há muitos anos, lá foi professor, lá foi Secretário de Educação, a exemplo de nós que lá residimos há muitos anos e desempenhamos as nossas funções, na condição de médico veterinário.

Portanto, temos condições, Vossa Excelência e nós, de falarmos acerca de Ivaiporã, diferentemente de outras pessoas, de alguns órgãos de imprensa, de algumas outras pessoas até com mandato eletivo na nossa região, ou até mesmo nesta Casa. O problema de Ivaiporã é um problema difícil. Eu diria que não é difícil, é grave, como também difícil é a situação de uma centena de outros municípios do Paraná e de muitos, inclusive, do Vale do Ivaí que não são representados pela nossa pessoa e nem por Vossa Excelência. Quero dizer que nós estamos empenhados e temos conversado semanalmente sobre esse assunto. Ainda ontem recebemos em nosso gabinete a visita do vice-Prefeito Pedro Weber e o Presidente da Câmara, Jorge Kawano, do ex-Vereador Celestino Alves de Souza do Vereador Nicodemos da Silva e da Vereadora Graça Moraes e nós temos, ao longo deste período, desenvolvido uma série de ações para tentar resolver o problema e se Vossa Excelência afirma que até ontem, nenhuma solução havia sido tomada, eu quero informar que a partir de ontem, soluções foram tomadas pelo Governador Roberto Requião. Nós estivemos reunidos com o Governador e o Governador determinou providência imediata, para corrigir aquilo que entendeu não justo do Governo do Estado para com o Município de Ivaiporã e nós queremos acreditar que com ações que vem desenvolvendo, o Prefeito Antônio da Paz, na busca de recursos junto ao Banco oficial do Paraná, na forma de antecipação de receita, nós haveremos de, na semana que vem, com esses recursos e com os recursos do Fundo de Participação, normalizar a situação hoje de dificuldades dos servidores públicos de Ivaiporã. Quero apenas também tecer um comentário de que crianças cambaleando por

desnutrição, não ocorre apenas em Ivaiporã e quero crer que isso não seja em decorrência da falta de pagamento do salário dos servidores. Pode ser que isso seja uma das causas, mas não é uma exclusividade da nossa cidade, o que lamentamos.

Quero dizer também, e me permita o Senhor Presidente me alongar um pouco mais, dizer também que, com referência ao posicionamento da Assembléia de na ocasião não dar provimento ao pedido de Vossa Excelência, de auditoria, que isso não modificou em nada e Vossa Excelência, como bom parlamentar que é, sabe os caminhos e através de Vossa Excelência, do Presidente da Câmara e de outros, o Tribunal de Contas foi motivado e lá esteve. Esteve lá até ontem fazendo as averiguações que se fazem necessárias. Vamos aguardar, para depois emitir o nosso juízo e saber se alguém precisa ir para a cadeia ou não. O Tribunal de Contas já esteve lá e depois vamos verificar se há necessidade de alguém ir para a cadeia. Mas quero mais uma vez, cumprimentá-lo, como moradores de Ivaiporã que somos, pelo interesse que tem de resolver o problema e isto porque Vossa Excelência, tenho certeza, a exemplo de nós, conhece a realidade do nosso município, diferente de outras pessoas que apenas e tão somente conhecem de passagem a nossa cidade e os nossos problemas.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço a contribuição de Vossa Excelência e os esclarecimentos e espero que de fato nobre Líder, essa promessa do Governo do Estado se concretize, porque Vossa Excelência mesmo é testemunha e tem no passado que em diferentes momentos tem prometido à Ivaiporã, o Governo do Estado, a liberação de recursos para resolver o problema. O problema existe, a denúncia foi feita, a Câmara tem feito. O momento é de dificuldades. Eu não posso apenas continuar atirando pedras. Eu creio que o problema está posto. Cabe à Justiça dizer quem deve e quem vai pagar. Mas eu tenho certeza, que os municípios não merecem o que estão passando e muito menos os funcionários públicos. O caso específico da desnutrição em Ivaiporã é uma realidade, porque são funcionários vinculados àquela Prefeitura.

Queira Deus possamos ter uma solução, e queira Deus não precisemos usar desta tribuna, para denunciar mais uma vez fatos semelhantes a este, que ocorrem no Município de Ivaiporã e nos Municípios do Paraná.

Esperamos ter uma solução o mais breve possível, porque no momento de crise, nós tentamos nos somar a esta crise por diferentes vezes, tentando achar uma solução e não uma complicação. Agradeço a contribuição do PSDB, e dos demais apartes que nos

foram dados e a Vossa Excelência pela tolerância, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Pequeno Expediente. No horário do Grande Expediente, não há oradores inscritos. Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PST, se fará uso do seu horário.

Com a palavra o Deputado Geraldo Cartário.

O SR. GERALDO CARTÁRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. Ontem o nosso companheiro Luiz Carlos Martins, usando o horário do PST, colocou a posição dele com respeito ao Deputado Rafael Greca. Eu ontem mesmo, dizia que iria usar o horário de hoje para responder ao Deputado Rafael Greca. Ele estava aqui até há poucos minutos. Gostaria, logicamente deve estar no seu gabinete nos ouvindo, que viesse até o Plenário, porque assim, nós ficamos mais a vontade para falarmos a respeito de sua atuação em termos pessoais com a minha pessoa. Logicamente também com a pessoa de outros companheiros do nosso Partido, especialmente aqueles que representam Curitiba e Região Metropolitana. E a nossa preocupação Senhor Presidente, Senhores Deputados, é muito grande, porque o Deputado Rafael Greca, vem tendo um comportamento pessoal de uma perseguição com respeito a este Deputado. Pelo fato de representar hoje a Liderança do Partido Social Trabalhista, ao ler os jornais de hoje e há poucos segundos, porque tendo a confirmação de que o Deputado Colombino Grassano, colocou ou indicou o Deputado Rafael Greca para relator do caso do Deputado José Artur Ritti nos preocupa. Porque é uma preocupação muito grande, não com a pessoa do Presidente da Comissão de Justiça, mas nos preocupa porque o Deputado Rafael Greca vem se comportando e já se pronunciou nesta Casa, com ironia, com o Partido Social Trabalhista.

Eu não sei se eu tenho essa autoridade, mas eu faria um apelo ao Deputado Colombino Grassano que entre 54 Deputados aqui presentes com assento nesta Casa, não colocasse o nome de Rafael Greca como relator desse caso, porque pelos dados que vou demonstrar a seguir, logicamente entendendo eu que o Deputado Ritti poderá ser prejudicado no seu relato pelo fato de integrar o Partido do qual sou Líder. Este é um apelo que eu faço ao Deputado Colombino Grassano.

Por que esse nosso posicionamento? Na campanha de Deputado eu participei maciçamente com a minha campanha na 145, sem dúvida a zona eleitoral mais importante do Estado do Paraná. E neste posicionamento desta campanha nunca participei do mesmo

palanque que o Senhor Deputado Rafael Greca. Nunca! Nunca convivi, nunca participei de reunião alguma, nem em termos de Partido e nem em termos de palanques ou reuniões. A única aproximação que eu tinha nessa campanha é que em meu comitê, do lado do Terminal do Pinheirinho, quando chegava as 7 horas da noite, às vezes, ali tinha 50, 100 pessoas e chegavam os assessores, quase todos funcionários da Prefeitura de Curitiba e que buscavam aqueles cabos eleitorais ali no Terminal, no nosso comitê, e os levavam para o lado do Terminal aonde o Deputado oferecia um jantar para 500 pessoas. Isto me ajudava financeiramente, porque a minha campanha não tinha jantar para 500 pessoas todos os dias. E me ajudava, porque aqueles que trabalhavam na minha campanha, o máximo que tinham era um sanduíche. Isto me ajudava de uma forma, mas me desmoralizava de outra, pelo abuso do poder econômico. E isto me entristecia. Mas à noite, depois do jantar eu ia para o comércio na Vila São Pedro, da Vila Esmeralda, da Vila Conquista, sozinho, porque eu era do PDT e não participava, não podia participar do palanque do PMDB e também não participava do palanque do Senador José Richa porque eu estava apoiando Requião. Então, fiz a campanha sozinho! Qual foi a minha surpresa que no meu comércio chegavam de novo os assessores de Sua Excelência o Deputado e tentavam levar os nossos eleitores para um circo que ele oferecia gratuitamente na Vila onde eu me encontrava. Mas aí tudo bem, porque em campanha só existe um crime: perdê-la. E eu não contrário e não quero aqui me frustrar de dizer que o Deputado Rafael Greca não usou os meios que tinha, realmente usou. Fez uma campanha bonita. Só que o resultado das urnas, a 145, com todos os avanços e cobertura da Prefeitura, funcionários da Prefeitura envolvidos, eu obtive mais de 6 mil votos na 145 aqui em Curitiba, quando que, na verdade, e todos sabem, sou de Mandirituba.

Na oportunidade,...

(É lhe tirado o som).

Peço ao Líder do PMDB que me conceda o horário da Liderança.

(O Senhor Líder concorda).

Obrigado!

O Sr. Colombino Grassano (Aparte) - Senhor Deputado, queria fazer algumas ressalvas ao pronunciamento de Vossa Excelência, que tem experiência administrativa e parlamentar.

Em primeiro lugar, eu não disponho de 54 Deputados para escolher como relator de qualquer matéria na minha Comissão. A minha Comissão é composta por 15 honrados Senhores Deputados.

O conceito que Vossa Excelência faz do



nobre Deputado Rafael Greca não é o mesmo que eu faço. Eu o considero como sendo o homem mais inteligente deste Estado, correto, cumpridor de suas obrigações, um homem que honra esta Casa. Tanto que, nas horas mais importantes que vive este Parlamento, Sua Excelência sempre é convocado para falar em nome de Vossa Excelência, em meu nome e em nome de todos os Senhores Deputados. Eu tenho por princípio, na Comissão de Constituição e Justiça, escolher dentre os Senhores Deputados que possam oferecer pareceres aos projetos que lhes são distribuídos, condições mínimas de competência, seriedade, isenção e responsabilidade. Quando constituí a Comissão Especial, atendendo a uma grave denúncia do Senhor Deputado José Afonso Júnior, eu procurei colocar na Comissão Especial três pessoas absolutamente independentes, e todos eles são independentes, mas não identificadas com quaisquer grupos políticos com assento nesta Casa.

E o comportamento do Senhor Rafael Greca, como próximo relator, seria o comportamento adotado por qualquer outro membro da Comissão, porque a competência do relator será, neste caso, a análise do relatório que foi elaborado pela Comissão Especial, através do Secretário desta Comissão, o Deputado Mário Bezerra. Ele irá interpretar o que o relatório diz, o que os documentos comprovam, o que se apurou naquela Comissão Especial. E depois, este Parecer será submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça.

Era o reparo que eu tinha a fazer a Vossa Excelência, ainda mais porque eu procuro, na distribuição das matérias e das distribuições, digo, das proposições, ser o mais imparcial possível e ser tão correto quanto são corretos os membros da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. GERALDO CARTARIO - Perfeito. Eu só ouvi a sua informação, Deputado Colombino. Eu estou precisando de mais horário para poder explicar direitinho. Sei que o PFL me ofereceu o horário, Vossa Excelência é Líder do PL...

O Sr. Colombino Grassano - O Partido Liberal pode lhe ceder o seu horário, também.

O SR. GERALDO CARTARIO - Muito obrigado. Veja bem, eu tenho por mérito ter sido um político com mais de 20 anos de mandato, sempre voltado para não "fechar a porta". Eu acho que na política nós não podemos "fechar a porta".

Em hipótese alguma eu gostaria de colocar em dúvida a pessoa do Deputado Rafael Greca. Mas, eu tenho provas, Deputado Colombino, eu tenho provas suficientes pa-

ra me preocupar com a postura do ilustre Deputado.

Vamos partir, aqui, para uma colocação de um projeto que eu apresentei, até para favorecer o Deputado Rafael Greca, porque naquele jantar que ele oferecia, a quinhentas pessoas todo o dia, muitos chegavam, e ele oferecia - se não me engano um carreteiro - mas, alguns pensavam que era uma costela. E aí eles se preocupavam porque muitos não tinham e precisavam de tratamento odontológico, precisavam de uma dentadura.

Foi, talvez aí, que o Deputado Carlos Simões iniciou, também, numa campanha de ajudar neste aspecto. Mas, o Deputado Rafael Greca, que não surgiu na política de baixo para cima, mas sim de cima para baixo, sempre com a chancela de um grande homem público, que eu jamais vou criticar, que é Jaime Lerner, reconheço nele um bom administrador, mas o Deputado Rafael tem-se aproveitado sobremaneira disso. Mas, não conquista e não vai conquistar nunca o povo mais humilde de Curitiba. Por quê? Porque ele não surgiu de baixo para cima. Ele surgiu de cima para baixo.

E quando apresentei um Projeto, eu, companheiro dele de Partido, quando apresentei um Projeto que aqui está, simplesmente pedindo uma dotação ao Governador, através de um Projeto de Lei, para que a Fundação Caetano Munhoz da Rocha tivesse condições financeiras de receber recursos, para que os seus postos de saúde, não em Curitiba, mas os postos de saúde em todo o Estado, através dos municípios, oferecendo e dando o direito ao mais pobre de conseguir, ali no posto de saúde, sem ter que se dirigir a Curitiba, em busca de conseguir uma audiência com o Deputado, para que lá no interior, na sua cidade, ele conseguisse o óculos, a dentadura, aparelho auditivo, e tantos outros que o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins e tantos outros chegam a tirar dinheiro do seu bolso para custear esta despesa.

O Deputado Rafael Greca, para se vangloriar, porque eu tinha disputado com ele a liderança do Partido, graças a companheiros nossos, Deputados, que não queriam conflitos, mas que achavam que eu também merecia, como Deputado do interior, ser líder da Bancada e fui eleito. O Deputado Rafael, simplesmente deu um Parecer, como Relator, ele deu um Parecer que aqui está no Projeto, simplesmente dizendo que é inconstitucional.

E ontem ele dizia que qualquer Projeto aqui apresentado é um sinal de luz para que o Governo saiba e sinta os anseios da população, tão bem representada aqui, pelos Deputados. Palavras dele, ontem! No entanto, no meu Projeto ele deu parecer



contrário! Ele é contra os mais pobres!

Deputado Rafael Greca, Vossa Excelência não tem o direito e se quiser partir para problemas pessoais eu o convido, em qualquer situação, mesmo com o apoio e cobertura que Vossa Excelência tem do esquema aí da Prefeitura. Vossa Excelência não tem condição alguma de dizer na televisão, de dizer que eu e meus companheiros somos contra o povo de Curitiba no Projeto de implantação do vale-transporte. Vossa Excelência não tem esse direito!

Senhor Presidente, eu quero dizer agora, aqui na Assembléia, até agora eu tive capacidade de sofrimento, não sei até quando vou ter essa capacidade, e a Assembléia depois analisa da forma que quiser, mas não vou levar daqui, da boca de Rafael Greca qualquer desaforo que me coloque contra o povo de Curitiba e da região metropolitana! Jamais vou fazer isso! Eu tenho tido uma consciência muito grande, saí do PDT sem lhe agredir, em respeito a Albino Corazza e Cezar Silvestri que sempre me pediram calma, mas Vossa Excelência desde que entrou aqui, desde que perdeu para mim, tanto na 145 como na Liderança do Partido vem tentando me desmoralizar! Não faça isso porque aí o problema é pessoal. Porque eu vim aqui e não foi pelas suas mãos, nem mãos iguais as suas! Realmente, Sua Excelência não tem rabo preso, não tem! Porque eu não fico procurando a sua vida, não me interessa aquilo que o Senhor faz, particularmente, mas me respeite como Deputado eleito pelo povo! Eu nunca fui contra o povo de Curitiba! E se não aprovei o vale-transporte foi em respeito à Legislatura passada que implantou e aprovou esta Lei. É em respeito ao meu Líder, Presidente do meu Partido, Álvaro Dias, que como Governador sancionou esta Lei. Eu não poderia esquecer que uma Lei sancionada por um Governador ou por um Prefeito tem que ser respeitada. Foi esse o motivo pelo qual não votamos!

Ainda ontem conversando com o Governador Roberto Requião, realmente até foi um descuido da sua assessoria, porque ele já queria ter implantado esta Lei há muito tempo, de acordo com o artigo que aqui está. Vossa Excelência foi na televisão e falou mais, falou que o Cartário era candidato a Prefeito de Curitiba. Eu sou eleitor da Fazenda Rio Grande e continuarei a ser eleitor da Fazenda Rio Grande!

Senhor Presidente, eu uso o Horário do PL, concedido pelo seu Líder, demonstrando o espírito democrático do nosso Presidente da Comissão de Justiça, Deputado Colombino Grassano.

Senhor Presidente, neste Projeto do vale-transporte tem um artigo que diz que o Governo tem 60 dias para implantar, não foi cumprida a Lei, mas não sou eu, o Luiz

Carlos Martins, o Neivo Beraldin e o Carlos Simões que vamos ser avacalhados, ser desmoralizados pelo Deputado Rafael Greca!

Eu tenho aqui o Projeto, Deputado, o qual Vossa Excelência impediu que pelo menos o Secretário de Saúde, como o Senhor falou ontem, um sinal de luz, Vossa Excelência impediu que o Governador forneça ao povo do interior óculos, dentadura, aparelhos auditivos; aqui no seu bairro, na sua rua, porque Vossa Excelência não conhece a Vila Conquista, se conhece é para ir lá buscar somente o voto. Enquanto existem esses portais que estão sendo construídos em Curitiba, eu como descendente da raça portuguesa me sinto envergonhado, se for construído portal Português aqui, enquanto nas vilas mais pobres de Curitiba o cidadão não tem direito a uma ponte, ele tem que passar por valeta aberta, porque a administração de Jaime Lerner ainda lá não chegou, eu não posso aceitar isso. Então, Vossa Excelência apresentou este Projeto, e esta é a minha preocupação Deputado Colombino, que o Deputado Rafael Greca, acredito eu que ele não deu parecer favorável, eu ainda acho que ele tem sensibilidade de ser a favor do povo mais pobre; ele só não deu parecer favorável porque o Projeto era meu, esta é a minha preocupação.

Concedo um aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN - Deputado Geraldo Cartário, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento que faz na tarde de hoje e colocando na tribuna a verdade para que os Senhores Deputados possam saber que o Deputado Rafael Greca mentiu no programa de televisão que apresenta no canal seis; mentiu porque este Deputado sequer votou nesse Projeto de Lei, eu me encontrava ausente do Plenário e fiquei sabendo através de amigos, que o Deputado Rafael Greca foi ao canal seis dizer que eu votei contra a população do Paraná, que eu votei contra os funcionários públicos, mentiu porque deve estar com a consciência pesada o Deputado Rafael Greca, porque a passagem de ônibus em Curitiba, na sua Cidade, na nossa Cidade, ela é mais cara do que na Região Metropolitana, custa mais caro hoje circular dentro de Curitiba do que o ônibus vier de Campo Largo para Curitiba. Estas verdades que são preciso serem ditas, a consciência do Deputado Rafael Greca deve ter falado mais alto, a ponto de relacionar o nosso nome entre os votantes, sendo que sequer estávamos presentes.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Deputado Geraldo Cartário pela sua história de homem público, pela sua honradez, pela

sua história de decência, pela sua cumprida com o povo, principalmente com o povo da periferia, eu lhe parabeno e lhe dou todo o meu apoio.

Obrigado.

O SR. GERALDO CARTARIO - Vejam bem, esse aspecto, desses problemas envolvendo Deputados, Deputados aqui na Assembléia, é triste, é triste mesmo. Eu costumo resolver os meus problemas em Mandirituba com os meus adversários políticos, jamais gostaria de usar a tribuna, o horário que tantos Deputados têm tanto o que fazer, ficamos ouvindo problemas pessoais. Mas o Deputado Rafael Greca não tem humildade, ele não tem sensibilidade nenhuma, ele usa uma cultura que realmente a tem, porque tem tempo de ler, mas a cultura está se misturando com a ignorância, e cultura com ignorância, ela somente dá um resultado de burrice e mau caráter, porque aí entra cinismo e cretinice. Porque não podemos aceitar o tratamento que ele vem nos dispensando. Tenho procurado até conversar com ele.

E, Deputado Rafael Greca, eu quando prefeito de uma pequena cidade, apareci doze vezes para o Brasil inteiro com criatividade, em todos os órgãos de imprensa a nível nacional. Todos. Sempre com criatividade administrativa. Não posso aceitar que Vossa Excelência diga na televisão que sou contra o vale-transporte quando fui o primeiro Prefeito do Brasil a implantar, e funciona até hoje, o transporte gratuito. Você me machucou muito. Tenho tido uma certa paciência, mas espero que isto se encerre.

Faço um apelo ao Presidente da Assembléia, ao Deputado Colombino, vamos evitar o pior nesta Comissão, neste relato do Deputado José Arthur Ritti. Não vou aceitar, porque estou desconfiado e continuarei desconfiando da pessoa do Deputado Rafael Greca.

O SR. JOSE AFONSO JUNIOR - Pela Ordem.

Deputado Geraldo Cartário, como seu admirador, faço um apelo. Acho que o caso não pode ser confundido. O Deputado Rafael Greca foi designado para ser o relator e a briga que está havendo hoje entre o Deputado Rafael Greca e Vossa Excelência, não pode ultrapassar dos limites. Aí é um outro caso. Não deve haver confusão. É um apelo que faço a Vossa Excelência.

O SR. ALGACI TOLIO - Questão de Ordem.

Gostaria de esclarecer que o Deputado Neivo Beraldin não foi correto quando disse que a passagem em Curitiba é mais cara que da região Metropolitana, dando como exemplo o caso de Campo Largo. Custa 290. Curitiba custa 250.

Gostaria que nesta briga, neste debate mais pessoal, não se envolvesse a Prefeitura Municipal de Curitiba, mesmo porque na condição de Vice-Prefeito desafio o Deputado Neivo Beraldin a um debate para analisarmos o que foi feito na gestão Maurício Fruet, na gestão Roberto Requião e o que está sendo feito na minha gestão e na do Prefeito Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Na verdade, profundamente reconfortado por ver que tendo falado na televisão, com o poder da palavra, consegui converter a idéia do vale-transporte os Srs. Deputados do PST, porque já no dia seguinte trouxeram requerimento pedindo que o Governo regulamentasse a lei do Sr. Alvaro Dias, que obrigava a pagar vale-transporte aos nossos funcionários públicos estaduais, só me resta a satisfação de ter exercido a minha palavra no sentido da luz e no sentido do serviço ao nosso povo.

Fui falar na televisão de Suas Excelências. Depressa fizeram o requerimento que em nove meses não tinham feito. E mais, no requerimento concordaram com o teor da lei da Deputada Emília Belinati e do Deputado Plauto Miró Guimarães, que naquela mesma tarde haviam rejeitado, como noticiei no horário da televisão.

Vale, para este episódio, o verso do poeta espanhol Antônio Machado: "Hoje é sempre ainda". Ainda é tempo de mudar de idéia quando se segue o caminho errado.

A propósito da saraivada de acusações que me dirigiram daquela tribuna os vários Deputados do Partido do Sr. Alvaro Dias, gostaria de dar algumas explicações ao plenário. Com respeito a uma menção que fez o Sr. Luiz Carlos Martins, que dei parecer contrário a um projeto, porque um cidadão de cor negra era o destinatário de uma lei de utilidade pública, eu consulto a Casa sobre se, nos nossos projetos, têm anexada as fotografias coloridas das pessoas que propõem os projetos de lei? Na verdade dei parecer contrário porque havia dúvida da idoneidade moral do cidadão, que aliás, é um nome muito comum, tem vários senhores das Neves com passagens policiais muito questionáveis. E uma pesquisa profunda, Deputado Luiz Carlos Martins, mostrará que eu tenho razão.

Com relação às observações do Sr. Luiz Carlos Martins, que eu não posso ser uma pessoa digna, decente, não tenho o brilho dos meus amigos, e ele cita o Haroldo Murad, o Gerson Guelmann, o Jaime Lerner, cita também Dom Pedro Fedalto e até os

compara com o Santo Padre. Eu achei muito divertido, porque todos esses nossos amigos curitibanos, ficaram muito gratificados de serem comparados ao Santíssimo Padre, o Beatíssimo Padre, a quem eu tive a honra de conhecer pessoalmente na cidade de Roma, depois de ter preparado a sua visita aqui, no Paraná.

Eu não sou parcial, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Procuro exercer a imparcialidade ao extremo. Sou parcial nas questões políticas que envolvem o meu Partido.

Com relação ao que falou o Sr. Deputado Cartário sobre os jantares que eu promovia no CTG do Pinheirinho, nos tempos da campanha eleitoral, eles eram promovidos pelo nosso Partido, por adesão. E era um gesto de delicadeza para com o nosso povo, porque, pensem os senhores: se até Nosso Senhor antes de fazer aquela maravilha que foi o Sermão da Montanha multiplicou 5 pães e 5 peixinhos para dar de comer à multidão, à saciedade, se Ele com tanto talento, com tanta unção do Espírito Santo saciou o povo antes de discursar, por que querer eu, que o povo me venha ouvir só pela minha bela voz ou pela pretensão política? Claro que fiz sim, arroz a carreteiro a bangu, na época da eleição!

Querem questionar, me parece, o meu parecer no caso do Deputado Ritti. Eu não li os autos do processo ainda e vou fazê-lo com toda a isenção. Mas, temos visto no próprio teste a desconfiança já da inocência do Sr. Deputado Ritti. Eu não vi a sua peça de defesa, mas vejo que já tentam vacinar o Plenário conta um possível parecer colocando a minha idoneidade em risco.

Deputado Cartário, não sou contra os pobres, antes, pelo contrário, estou no partido da igualdade de oportunidades para todos. Mas não posso dar parecer favorável a um projeto... Deputado Manfrinato, por favor, deixe que os olhos do Deputado Cartário me vejam, o senhor está entre nós.

Não posso ser contrário, aliás, não posso ser favorável a um projeto de lei que manda que a Fundação Caetano Munhoz da Rocha distribua acessórios preventivos ou reparatórios de deficiências físicas, quando nós temos a Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, com as devidas rubricas orçamentárias para isso. E mais a mais do povo e do que eu faço com o nosso povo para promovê-lo e criar a igualdade de oportunidade entre todas as pessoas, entende o próprio povo que é beneficiado. Porque por ser cristão e não ser fariseu, eu não quero que a mão esquerda saiba o que dá a mão direita. Eu tento até disfarçar, ao extremo, as atitudes de promoção humana que tomo, e não vai ser Sua Excelência que vai me obrigar aqui, a fazer um deselegante relatório das ações de carida-

de que, na consciência e no âmago do meu coração, eu procuro empreender, sem jamais descuidar das obrigações do meu batismo.

A coisa é uma discussão sobre sinais de luz e armas de luz? Ilumine-se o Plenário, ilimine-se o PST, ilumine-se esta Casa inteira para buscar o bem comum do nosso povo! Vamos juntos, vamos buscar o bem comum do nosso povo. Aliás, há uma revista aí, "Paraná em Páginas", desta semana mostrando um recuo de calçada defronte à casa de minhas tias, que elas receberam por herança de meu avô, que tinha o meu nome, como se fosse o meu grande crime. Ora, Srs. Deputados, trinta e cinco anos de vida, meu avô morreu antes que eu, por isso levo o seu honrado nome, morreu em 1954, quando fizeram esse recuo, e só um recuo de calçada, que aliás o Sr. Gomes Chagas usava quando se dava com minha família, para ir lá tomar café na casa das tias, é um programa de Curitiba, o café da casa das minhas tias com o pão feito em casa, com suas mãos laboriosas, trabalhadoras fazem geléias, o pão feito em casa untado de ovos. E isso é uma coisa boa de Curitiba. As pessoas que são de Curitiba gostam muito disso, e até algumas pessoas de fora também são bem-vindas.

O SR. ALGACI TOLIO - Sou testemunha do bom café, do bom pão.

O SR. RAFAEL GRECA - Ser este recuo como meu maior crime, eu fico profundamente gratificado e elogiado. Na verdade, eu não jogo o povo contra os outros, eu trago o povo dentro de mim. E mais do que isso, quando eu falo do povo de Curitiba, guardo essa gente toda no meu coração, mesmo os que vieram depois, quando o meu avô mandava recuar aquela calçada, que o Deputado Erondy Silvério conheceu muito bem, porque freqüentava a casa do meu avô já, quando ele fazia isso, ainda no tempo do seu Ribas, o Deputado Luiz Carlos Martins nem morava aqui, porque é recente a sua vinda para o Paraná.

Então, Srs. Deputados, Sra. Deputada, desta cidade entende meu coração, e mais do que isso, das relações deste Deputado com o povo desta cidade, eu quero que entenda a próxima eleição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Carlos Simões com a palavra, no horário do PTB.

O SR. CARLOS SIMÕES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz à tribuna na data de hoje são duas denúncias muito sérias, fatos que estão ocorrendo em especial em Curitiba, na Capital Sorriso Brasileira.

O primeiro fato nós denunciávamos hoje na televisão, anunciamos e eu vendo pela reportagem, rodando no meu programa senti uma tristeza, um lamento profundo em ver tudo aquilo indo embora, sendo jogado no lixo. O Ceasa de Curitiba jogando por dia em média 45 mil quilos de alimentos fora. Primeiro porquê? Porque houve na região sul do Paraná uma grande produção, uma grande demanda, a terra brasileira graças ao bom Deus é pródiga, prodigiosa, é uma terra extraordinária, e também nós temos aí o trabalhador rural sem dúvida alguma com um talento, uma pessoa de uma grande disposição, enchendo os galpões, os caminhões de alimentos. E quando você vê aquilo sendo desperdiçado, sendo jogado fora, não tenham dúvida companheiros, que aquilo cria uma indignação. Tomate, melão, mamão, batata, uma série de hortaliças apodrecendo, jogadas fora claramente, na frente da Câmera de televisão, tenho o documento para mostrar aos Senhores, e comprovado pelo Diretor, que não me lembro o nome, do Ceasa, que realmente isso ocorre, em média 45% a menos está vendendo o Ceasa este ano. Muito bem, está aí a crise, é uma realidade, realmente é. O trabalhador está combatido, o salário está mau, a estrutura econômica do Brasil é ruim, é péssima, nunca se viu coisa igual. Mas eu perguntei, e hoje indaguei, Prefeito de Curitiba, Prefeitos da região metropolitana, Governador do Paraná, alguém do Governo Central, há gente, tantas creches com problemas, tantos hospitais com problemas, com falta de comida, tantas escolas com uma merenda escolar medíocre, ridícula, e você vê tudo aquilo sendo jogado fora, aquilo ninguém vê, ou será que todo mundo é cego, ou será que só vêem, realmente quando é campanha eleitoral. Porque não é possível, em campanha eleitoral todo mundo conhece tudo, mas na verdade se comprova na prática que poucos conhecem, que poucos viram o sertanejo pegar o sol dobrando, pegar a chuva, pegar o frio, pegar o arado, a enxada, de uma foice, produzir tudo isso e depois você ver tudo aquilo sendo jogado fora, isso não pode acontecer gente. É uma tragédia que está havendo aqui no Paraná, enquanto Curitiba, o cinturão da grande Curitiba, o cinturão da miséria, onde moram milhares de famílias que vieram dos quatro cantos do Paraná e também do Brasil passam seriíssimas necessidades, não tem, às vezes, na mesa a batatinha, o tomate, o repolho, que são alimentos básicos, nutritivos e que você vê lá no CEASA em Curitiba, apodrecendo. Afora isso, já estão a minha equipe de televisão também, aqui na região metropolitana, colhendo dados, imagens contendo a Lapa, Araucária, São José, Colombo, Piraquara e demais municípios, a produção está apodrecendo porque não tem

quem compre, não tem quem consuma, não vale a pena trazer a produção porque o preço do frete, do combustível é mais caro. Isso é um apelo sério que eu faço a todas as autoridades públicas do Brasil para que tomem uma providência.

Concedo um aparte ao Deputado Algaci Túlio rapidamente, por favor.

O SR. ALGACI TOLIO - Eu queria só esclarecer que, exatamente, em função disso não tiro de forma alguma o valor do seu pronunciamento a respeito da denúncia, com relação a Curitiba, exatamente em função do excesso que temos tendo no cinturão verde, da região metropolitana é que a Prefeitura implantou o CAMPO VERDE, onde hoje nós vamos às vilas, e eu sou praticamente a pessoa que tem ido nessas promoções, trocar alimentação por lixo das vilas; o morador traz o lixo das vilas; o morador traz o lixo e nós damos a sacola de comida exatamente para poder levar. Em primeiro lugar aproveitar esse excesso de produção e fazer a troca do lixo pela alimentação.

Então, Curitiba, graças a Deus, está fazendo o seu papel.

O SR. CARLOS SIMÕES - A segunda denúncia, e pasmem os Senhores Companheiros Deputados, recebi hoje uma comissão de médicos, de pastores, de diretores do Hospital Evangélico, e até há pouco, comentamos com o Deputado, companheiro de comunicação, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, a situação precária do Hospital Evangélico. Pronto-Socorro pede socorro. Estão fechando as portas. Já não funciona mais, uma notícia oficial, em Curitiba o pronto socorro do Hospital Evangélico; não funciona mais como pronto socorro pela estrutura que existe, mas não existe combustível, o dinheiro para mover a máquina do Hospital Evangélico. Outra informação: a ala dos queimados também passa por seriíssimas dificuldades e é, sem dúvida alguma, uma das áreas, dos setores da medicina que melhor funciona no Brasil. O Hospital Evangélico enfrenta sérias dificuldades na área, no setor dos queimados. E outra informação: O Hospital Evangélico não tem condição de pagar o 13º salário para os seus funcionários.

O Hospital Evangélico está para fechar as suas portas no final do ano. Um monstro de um hospital num bom sentido, que atende a população, em especial o carente. Outra informação, segundo eles, não receberam dinheiro do Governo Central, dinheiro do Governo Estadual e de Governos municipais. O Hospital Evangélico está abandonado! O Hospital Evangélico está combatido em definitivo pelas informações que hoje me trouxeram.

Mais uma questão. Curitiba, uma capital que tem aproximadamente dois milhões de habitantes, não tem um hospital, um pronto-socorro exclusivamente municipal, e digo mais, nem estadual. Curitiba só tem hospitais basicamente particulares, a não ser o Hospital das Clínicas, que é da União. Nós não temos, gente, em Curitiba um pronto-socorro municipal, um pronto-socorro estadual, não se tem. Isto é uma vergonha! Não pode continuar desta forma.

O motivo de usar a tribuna, já apanhei assinaturas da maioria dos companheiros Deputados e estou encaminhando este requerimento ao Governador Roberto Requião, usando da sua sensibilidade, usando do seu discurso também; ele que fala tanto no social, que fala muito do pobre, do combalido, do doente e que fala muito da saúde pública.

Então, nós estamos pedindo, um apelo de companheiro de partido, um apelo de defensor do povo que o Governador se digne com sensibilidade, com amor, com carinho e com muito amor também para dar um reforço especial ao Hospital Evangélico porque Curitiba, meus amigos, não é fácil, experiente você ir num fim de semana num hospital, ir no Pronto Socorro é uma dificuldade extrema. É um desespero, morre na porta do hospital.

Outro Hospital com problemas, invoco testemunho, Sr. Presidente, mais um minutinho, mais um minutinho, do Deputado Alborghetti, que tem uma parente sua internada no Hospital Erasto Gaertner, completamente falido, um hospital que atende o canceroso, um hospital que tem um trabalho muito grande, trabalho espetacular, mas também não tem estrutura.

Ninguém colabora, a União, o Estado, o Município que é o grande banco, que arrecada tudo que se bebe, que se come, que se veste, de tudo vai uma parte para os cofres públicos.

Infelizmente, saúde pública no Brasil, realmente está muito mal e em Curitiba, digo em especial, a saúde pública vai muito, mas muito mal, o povo está sofrendo, o povo está morrendo à mingua, está em desespero. Esse é o nosso apelo. E gostaria que todos os companheiros, Deputados desta Casa encampassem esta idéia e saíssem à luta, levassem as mensagens como comunicadores, como Deputados, como amigos de um Prefeito e de um Governador, e pedir uma colaboração efetiva não para si, nem para o hospital, mas para a população.

É uma questão muito séria. Está aqui o requerimento, que será encaminhando oficialmente pela Presidência da Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TOLIO (Pela Ordem) - Sr. Pre-

sidente.

Eu me sinto no direito aqui, muito embora entendendo o pronunciamento do Deputado Carlos Simões e me associando ao seu apelo, de dizer de que a Prefeitura Municipal de Curitiba mantém convênio com os dois Prontos Socorros - Hospital Cajuru e Hospital Evangélico, pagando religiosamente todos os meses a importância desse convênio.

Além do mais, estamos implantando o Pronto Socorro da Região Norte, que depende muito mais das verbas do Governo Federal que deverão ser repassadas, do que propriamente da Prefeitura, inclusive a terraplenagem, nós já começamos para a implantação do Pronto Socorro.

Além do mais ainda, me lembro que no ano passado fizemos uma comissão nesta Casa de Deputados, que foi visitar o mesmo problema do Pronto Socorro Evangélico e do Pronto Socorro do Hospital Cajuru e naquela ocasião, eleito presidente desta comissão o Deputado Geraldo Cartário e houve contatos com o Governo do Estado que ficou de rever a situação e de dar inclusive, um auxílio para os dois hospitais. Me parece que até hoje isso não aconteceu.

A saúde pública em Curitiba, no que concerne à Prefeitura, vai muito bem obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Só aproveitando o interesse público pedir a palavra pela ordem. O pronunciamento do Sr. Deputado Carlos Simões é muito oportuno e ainda sobre a saúde do nosso povo, vale um alerta ao Sr. Líder do Governo, sobre a inépcia da Sanepar no trato com a água da população desta cidade e das cidades vizinhas de Curitiba.

O vibrião colérico está aí. O povo viaja muito de Rondônia, do Mato Grosso para cá e a participação do representante da Sanepar na reunião do Conselho Municipal de Saúde foi vexatória e desabonatória.

Nós tendo o vibrião colérico em Curitiba vamos responsabilizar diretamente a inépcia da Companhia de Saneamento do Paraná, no trato com a água que essa população bebe. Essa mesma preocupação que orienta do Sr. Deputado Carlos Simões, deve orientar o Sr. Líder do Governo a cobrar do Sr. Stênio Sales Jacob, uma imediata ação de tratamento de água nas vilas populares da cidade, para que se evite uma epidemia de cólera.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, eu não tenho autorização para falar em nome do ilustre Deputado Geraldo Cartário, do ilustre Deputado Luiz Carlos Martins, do ilustre Deputado Rafael

Greca de Macedo. Não sou pastor, não sou padre, sou homem de imprensa e sou Deputado Estadual, mas eu gostaria de terminar o ano em paz. Gostaria que o Deputado Cartário, o Deputado Rafael Greca, o Deputado Luiz Carlos Martins dessem as mãos e vamos terminar o ano em paz, vamos terminar o ano com a paz e muita tranquilidade de espírito e não desejo isto só aos ilustres Parlamentares, desejo também ao Deputado Paulo Maia que tomou uma atitude tão bonita nesta Casa, de vir aqui hoje falar e pedir e defender junto com o Deputado Orlando Pessuti o Prefeito de Ivaiporã, numa hora ingrata porque passa a cidade de Ivaiporã. Eu não sou de Ivaiporã, mas tenho familiares em Ivaiporã e V.Exa. sabe disto, como o Deputado Orlando Pessuti também bem o sabe, mas gostei desta atitude do Deputado Paulo Maia também vir à tribuna e pedir ajuda ao Prefeito Antônio Paz, para que ele consiga realizar os seus sonhos, não só o Prefeito Antônio Paz, mas a maioria das Prefeituras municipais deste Estado e deste País passam, por problemas de dificuldades financeiras, de dificuldades que realmente preocupam, não só os Senhores Prefeitos, não só as Câmaras Municipais, mas preocupam também a comunidade em si. Eu gostaria que terminássemos o ano de 1991, dia 15 está por chegar, eu gostaria que também, que a Comissão apontasse realmente se o Deputado Ritti tem ou não tem os seus defeitos, neste caso que envolve o Deputado José Afonso Júnior. Se tiver que se prove. Se não tiver que se archive o processo e que o Deputado José Afonso Júnior possa entrar na Justiça lá fora, enfim, vamos terminar o ano em paz, em tranquilidade de espírito, mas com a justiça acima de tudo. E gostaria de dizer aos Senhores, eu estou com uma cunhada internada num hospital da capital, e lamentavelmente fui até este hospital e fiquei pequenininho. Não adianta você ter cem mil votos, duzentos mil votos, você ser o Deputado mais votado do Brasil, não adianta, nós somos todos iguais. Eu fui visitar o Hospital Erasto Gaertner e fiquei realmente apavorado com aquilo que vi dentro do Hospital. De parabéns o Deputado Carlos Simões quando fala da falência dos nossos hospitais. O hospital Erasto Gaertner está fazendo de tudo para salvar milhares e milhares de cancerosos, que vêm de todas as partes do Brasil para a capital do Estado. Mas não é só o hospital Erasto Gaertner. Se vocês visitarem o hospital de câncer em Londrina vocês vão se sentir pequeninhos também. Se vocês forem ao Pequeno Cotoengo na capital do Estado, façam uma visita ao Pequeno Cotoengo, façam uma visita. Quantas vezes o Deputado Algaci, a Dra. Isabel me pediram para ajudar o Pequeno Cotoengo, vamos fazer uma visita ao Pe-

queno Cotoengo, vocês vão ver dezenas, centenas de crianças excepcionais e o Pequeno Cotoengo precisando de ajuda. Vamos fazer uma visita às penitenciárias, vamos fazer uma visita a todos os hospitais de Londrina, de Cambê, de Ivaiporã, do norte, do sul, do leste, do oeste, vocês vão ver o sofrimento porque passa a saúde neste País, neste Estado do Paraná. Então eu queria dizer que vale a pena Senhores ser gente. Eu fui rotariano muitos anos da minha vida e no Rotary eu aprendi um lema muito importante, que é dar de si antes de pensar em si. E o mais importante neste Parlamento é darmos de nós antes de pensarmos em nós, darmos de nós alguma coisa que venha de encontro à família brasileira do Paraná.

E eu faço este apelo aos ilustres Parlamentares, ao ilustre Deputado Geraldo Cartário, com quem tive a satisfação de conviver com ele, quando eu fui Vereador pela primeira vez pelo PDS e recebia dezenas e centenas do então ilustre Prefeito Geraldo Cartário. Do Deputado Luiz Carlos Martins, com quem eu aprendi a conviver; do Deputado Nilton Barbosa, que é o meu irmão de fé, meu irmão camarada; e tantos outros companheiros que eu aprendi a conviver nesta Capital: agora com o Deputado Severino, o Deputado Duílio, o Deputado que veio de Foz do Iguaçu, o Deputado Dobrandino, enfim..., o Deputado Ernani Pudell, que é do PT, com quem às vezes nos divergimos, mas no Parlamento nós brigamos, às vezes sinto o sofrimento. Outro dia conversando com o Deputado Arlindo Troian, eu vi a preocupação do seu sofrimento de ele chegar na Região Noroeste do Paraná e da sua preocupação de levar alguma coisa as suas prefeituras municipais e ele também não poder levar.

Então, todos nós estamos tendo problemas, todos nós temos problemas. Mas vamos nos preocupar agora com os projetos, com os requerimentos que estão nesta Casa, e que o Paraná está voltando para cá. E vamos terminar no dia 15 de mãos dadas. Deputado Geraldo Cartário, Deputado Rafael Greca, vamos esquecer o passado, vamos começar tudo de novo e vamos caminhar para a frente.

Com o aparte o Deputado Dobrandino, com a aquiescência do Deputado Anibal Khury.

O Sr. Dobrandino da Silva - Deputado Alborghetti, esse pronunciamento de V.Exa. eu acho que realmente todos deveriam escutar. Na verdade o que se vê nesta Casa, Deputado, eu achei lindo agora quando o Deputado Paulo Maia vem com propriedade, embora de outro partido, preocupado com o seu Município.

E neste espírito que nós - eu que es-



tou chegando nesta Casa no primeiro ano - gostaríamos que houvesse, quando se vê aqui na verdade é uma verdadeira (não quero citar nomes, mas de alguns) politicagem que deixa a gente desiludida. E quero citar apenas um nome que eu não gosto de citar: mas agora nós vimos o Deputado Rafael Greca dizendo em seu pronunciamento, como se a SANEPAR fosse responsável pela cólera do Paraná. Por que não responsabiliza o Governo Brizola, do Rio de Janeiro, onde a cólera chegou primeiro.

Então, esse tipo de comportamento, de politicagem que deixa a gente cada dia mais desiludido de trabalhar incansavelmente todos os dias neste plenário, ou seja, no nosso gabinete no dia-a-dia.

Eu quando escuto aqui, Deputado Alborghetti, pronunciamentos do Deputado Erondy Silvério, do próprio Presidente da nossa Casa, Deputado Anibal Khury, do Basílio Zanusso, do Deputado Colombino Grassano, pessoas que trazem na sua bagagem, na sua responsabilidade, que se pronunciam, eu realmente paro, escuto porque a gente aprende. Mas quando eu vejo esse tipo de comportamento, de politicagem, que apenas se pronunciam para atingir os outros, eu realmente fico desiludido e tenho até vergonha, Deputado Colombino, de dizer que sou político, que estou recebendo o dinheiro do povo para trabalhar.

Esse tipo de comportamento, Deputado Alborghetti, é que deixa realmente nós constrangidos, e isso não leva a nada. Não adianta discurso moderno, discurso lindo que não constrói nada; o que constrói é discurso de responsabilidade. Todo homem público que ocupa um cargo, seja de Presidente, de Governador, de Prefeito, que não adianta ser inteligente; o que adianta é ser responsável. Quando se usa as coisas com responsabilidade, é que nós chegamos realmente a um caminho para dizer para o nosso eleitor porque aqui estamos, e infelizmente eu acho oportuno este seu pronunciamento, mas nos entristece a cada dia é que, ao invés de aprendermos, nós nos envergonhamos. Eu não sou de fazer muito discurso, de ir à tribuna, mas escuto as pessoas e cada dia eu fico mais desiludido, porque vejo que as pessoas não escolheram ainda as pessoas certas para representá-las. Obrigado, Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para encerrar, eu acho que o mais importante é aprender, é ser humilde. Eu aprendi na legislatura passada com o Deputado Algaci, aprendi com o Deputado Basílio, com o Deputado Orlando Pessuti, com o Costenaro, aprendi com tanta gente, com o Deputado Erondy Silvério, esse guru, essa personalidade incrível, marcante, firme, aprendi com o Deputado Anibal Khury, estou apren-

dendo com o Deputado Nelson Justus, com o Deputado Toti Colaço quando ele sobe à tribuna, ouço o pronunciamento do Deputado Costenaro, enfim, a gente aprende, aprende e o importante é aprender, é ter a humildade de aprender. E por isso que, para finalizar, esta é uma Casa sagrada, uma Casa de votos. Todos os Senhores estão aqui pelos votos do povo. Como diz o Deputado Dirceu Manfrinato: "Eu vim pelas mãos do povo e tenho a obrigação de trabalhar pelo próprio povo". Então eu gostaria que nós terminássemos esse ano letivo com a paz, com a tranqüilidade de espírito em todos os corações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 527/91, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, devidamente apoiada, constante do expediente.- Constitua-se em Projeto de Lei em separado.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Geraldo Cartário, na qualidade de Líder do PST, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado para compor a CPI do Transporte Coletivo desta Casa.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Costenaro Neto, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o Senhor Deputado para compor a CPI, que irá apurar possíveis irregularidades no processo autorizatório do aumento das passagens intermunicipais.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 466/91, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária realizada no dia de hoje, em virtude de compromissos assumidos na sua região.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de Resolução em número de 05 (cinco), de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, constantes do expediente. Necessitam de apoio.- Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.



Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 499/91, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - Retirado pelo autor.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 165/91, de autoria do Deputado ANTONIO ANIBELLI, que dá nova redação à letra "d", do Artigo 1º, da Lei nº 9577 de 14 de março de 1991 (IPE). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Emenda - aprovada. Projeto - Aprovado. O Projeto irá à Redação Final.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 119/91, que transforma a atual Secretaria de Estado e do Comércio - SEIC, de que trata o art. 31, da Lei nº 8485, de 03 de junho de 1987, em Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia - SETI, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade.

Sobre o referido Projeto, emendas de Plenário em número de 02 (duas), sendo uma supressiva de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, devidamente apoiada, bem como a do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

#### EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 515/91

Art. 1º - O inciso I do Artigo 4º do Projeto de Lei nº 515/91, passa a ter a seguinte redação:

I - as entidades autárquicas de ensino superior:

- a) Universidade Estadual de Londrina;
- b) Universidade Estadual de Maringá;
- c) Universidade Estadual de Ponta Grossa;
- d) Universidade Estadual do Oeste do Paraná;
- e) Universidade Estadual do Centro-Oeste;
- f) Universidade Estadual do Vale do Iguaçu;
- g) Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana;
- h) Faculdade Estadual de Educação Física de Jacarezinho;
- i) Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho;

j) Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro;

l) Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio;

m) Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá;

n) Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão;

o) Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba;

p) Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória;

q) Escola de Música e Belas Artes do Paraná;

r) Faculdade de Artes do Paraná;

II - o Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR;

III - a Minerais do Paraná S/A - MINEROPAR;

IV - a Companhia de Processamento de Dados do Paraná - CELEPAR.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Cezar Silvestri, Alceu Swarowski, Paulo Maia, Emília Belinati, Nelson Justus e Rafael Greca de Macedo.

#### JUSTIFICATIVA:

A Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, criada pela Lei nº 3001, de 22 de dezembro de 1956, não consta no inciso I do Artigo 4º do Projeto de Lei nº 515/91, oriundo da Mensagem Governamental nº 119/91, como integrante da nova Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

Foi incluída na letra "f" do referido inciso, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO IGUAÇU, entretanto, a UNIVALE não consta da proposta orçamentária para o exercício de 1992, em razão de estar em fase de organização, segundo informações do Executivo.

Por este motivo, entendemos que a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória deva continuar existindo e vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, até que sua incorporação à Universidade Estadual do Vale do Iguaçu seja concretizada. Do contrário, a FAFI de União da Vitória deixará de existir a partir da aprovação desta Mensagem.

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Art. 1º - Fica suprimido o art. 2º do Projeto de Lei nº 515/91.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoio: Rossoni, João Arruda, Lourenço Fregonese, Nelson Justus, Heinz Herwig, Plauto Miró Guimarães e Colombino Grassano.

**JUSTIFICATIVA:**

O FUNCITEC - Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, foi instituído pela Lei nº 8387, de 15 de outubro de 1986. Este Fundo deveria ter, por objetivo, através de abertura de conta especial do hoje extinto BADEP, arrecadar fundos do Tesouro Estadual e de outras fontes, para dar apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico no Paraná. O que acontece, é que na realidade este Fundo nunca foi operacionalizado, quer seja, nunca foi aberta a propalada conta, o FUNCITEC existe de direito, mas não existe de fato, muito embora a lei que o instituiu tenha sido regulamentada pelo Decreto nº 9853, de 29 de dezembro de 1986. Esta regulamentação ocorreu pressupondo a efetiva operacionalização (abertura da conta) do Fundo que, como já dissemos, nunca ocorreu. Mais do que isso, o referido Decreto é hoje letra morta, tendo em vista o fato de que, quando da sua elaboração, a então Secretaria de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia era uma Secretaria Especial, por isso vinculada à Casa Civil, que pelo Decreto citado, teria várias obrigações contábeis e financeiras sob sua responsabilidade. Não sendo mais uma Secretaria Especial, esta pasta não vincula-se mais à Casa Civil, estando completamente caduco o Decreto.

Assim sendo, por ser o FUNCITEC um Fundo que só existe na Lei, mas que de fato não existe, consideramos conveniente a supressão do Art. 2º do Projeto de Lei em tela, para que este Poder Legislativo não cometa o erro de vincular à "nova" Secretaria algo que não existe de fato.

Em discussão o Projeto e a Emenda.

Encerrada a discussão. O projeto retorna à Comissão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 517/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 118/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 314.890.000,00 (trezentos e quatorze milhões, oitocentos e noventa mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 121/91, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$15.000.000.000,00 (quinze bilhões de cruzeiros) ao Orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEFA, aprovado pela Lei Estadual nº 9494, de 21/12/90, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da

C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade.

Em votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Para Encaminhar)

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, quero registrar mais uma vez o meu voto, dizendo que não votarei favorável em respeito aos prefeitos que represento no interior do Paraná. Nós já temos informações, através da imprensa e do próprio Governador Roberto Requião, de que não será possível ajudar os prefeitos do interior para o pagamento do 13º salário e pela minha consciência, por ser um homem de justiça, não quero dizer de forma alguma que Curitiba não mereça o respeito nosso, mas, por analisar e entender de que tenho responsabilidade com os prefeitos do interior, que me ajudaram inclusive, a chegar à Assembléia Legislativa do Estado, pela 3ª vez como homem público.

Eu não votarei pela segunda vez nesse projeto. Num momento de dificuldade, de crise em que vivemos, eu acho que isso deveria ser analisado com maior profundidade, com maior carinho para não assumirmos uma responsabilidade com um valor de 15 bilhões de cruzeiros quando os municípios do Paraná, através da redução do FPM e do ICM, estão às portas da falência. Em solidariedade, em respeito aos brasileiros, eu votarei contra, eu votarei nesta posição.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÓLIO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Respeitando a posição do Deputado Dirceu Manfrinato, é bom que se esclareça mais uma vez e de uma vez por todas a questão da Cidade Industrial. O problema não é só de Curitiba. A Cidade Industrial, e já dissemos aqui várias vezes desta tribuna, da importância que ela tem no contexto deste Paraná todo, para todos os municípios, porque para cá veio muita gente expulsa da lavoura e que aqui conseguiram empregos através das indústrias que tem no contexto da Cidade Industrial.

Além do mais, é bom também que se esclareça, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta questão da Cidade Industrial passa antes e acima de tudo pela questão do Banco do Estado do Paraná. Não que estejamos aqui dizendo que, e pode parecer para alguns que hoje esta dívida não traria problema algum para a Prefeitura de Curitiba. Graças a Deus, bem administrada a Cidade pelo Prefeito Jaime Lerner, por uma equipe que já o acompanha por três gestões, onde há uma seriedade absoluta no trato do dinheiro público, a Cidade de Curitiba dá um exemplo ao Brasil e ao Mundo como se administra em uma época de crise,

onde nós, e eu digo com toda a sinceridade aqui neste momento, não temos sequer tempo para inaugurar obras na Capital do Estado. Temos duas, três obras por dia para inaugurar. Entregamos sempre sem fazer inaugurações. E gostaria de dizer que a Cidade de Curitiba vive hoje um momento de muita felicidade, um momento de muita seriedade por esta Administração. E o povo está aí para comprovar isto!

Agora, o que tem que se colocar aqui muito claramente, é que esta questão da Cidade Industrial neste acerto agora entre Governo do Estado e Prefeitura beneficia muito mais o Governo do Estado que a Prefeitura de Curitiba.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu apenas gostaria, Sr. Deputado Algaci Túlio, de dizer a Vossa Excelência que a entrada de Curitiba não tem cancela. Não temos autoridade nenhuma e nem o Prefeito e nem o Governo de proibir a entrada de quem reside no interior a residir na Capital.

Pelo que me consta Curitiba é a Capital do Paraná e está no mapa do Paraná. Não é nenhum outro Estado. E se esses que vieram do interior do Paraná, tiveram a sua parcela de contribuição para Curitiba ser o que é, porque eles produziram, geraram riquezas para Curitiba chegar onde está.

O SR. ALGACI TOLIO - Pela Ordem, Sr. Presidente!  
(Vozes paralelas)

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)  
- Com todo o respeito que tenho pela Capital do Estado - tanto eu quanto a Deputada Emília Belinati e outros companheiros, como o Deputado Heinz, que também são de Londrina -, queria pedir a Vossa Excelência se existe a possibilidade de uma Emenda Aditiva a este Projeto, e eu lerei a Vossa Excelência: "Acrescentar mais um artigo ao Projeto de Lei nº 527/91, nos seguintes termos: Artigo 5º, autoriza o Poder Executivo a dar o mesmo tratamento à Companhia de Desenvolvimento de Londrina - CODEL - com referência à dívida do Município de Londrina e o Governo do Estado do Paraná. Sala das Sessões, 5 de dezembro de 1991. Assina, Deputado Luiz Carlos Alborghetti e diversos apoiantes."

Gostaria que Vossa Excelência me orientasse se posso dar entrada com esta

Emenda ou se ela pode ser transformada em um Projeto à parte para vir a este Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto está na parte de votação e não é permitida Emenda.

Vossa Excelência endereça à Mesa e nós transformaremos em Projeto à parte.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, nós queremos alertar a este Plenário que o acordo firmado pelo Governo do Estado do Paraná, Prefeitura Municipal de Curitiba, Cidade Industrial de Curitiba, BRDE, BADEP e Banestado, já foi ratificado por esta Assembléia Legislativa através de Projeto de Resolução - se não me falha a memória - de número 76, de autoria do Deputado Erondy Silvério.

Portanto, todos nós tivemos oportunidade de também manifestar o nosso posicionamento a favor daquilo que foi acordado entre as partes. E todos nós sabemos, e se alguns ainda não sabem, o Estado do Paraná não colocará um centavo sequer neste acordo, por que o Estado do Paraná se utilizará de compensação de um crédito que tem junto ao BRDE para saldar esses compromissos junto ao Badep.

Crédito esse perante ao BRDE, que não tem o Governo do Estado do Paraná, nenhuma expectativa de receber, dado o problema que envolve toda a problemática do Estado do Paraná, com relação ao Banco Central, envolvendo Badep, BRDE e porque não dizer o próprio Banco do Estado que também está envolvido, encarecendo de uma solução do problema da Cidade Industrial de Curitiba, até para não ter agravado os seus problemas.

Por essa razão, nós entendemos que esse acordo que vem sendo discutido há muitos anos, entre Governo do Estado e Prefeitura e as demais entidades envolvidas e que agora chegou-se a um bom termo para as partes, merece também como mereceu de nós, aprovação no que diz respeito a este acordo. E a questão de crédito suplementar é apenas e tão somente para que se permita o ajuste contábil dessa compensação que se fará entre Governo do Estado do Paraná, BRDE, Badep, CIC, Prefeitura e Banestado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente. Apenas, para lembrar o Plenário quando houve o "lobby" aqui na Assembléia Legislativa, quando nós estávamos votando a Constituição do Estado, quando esteve aqui presente o Sr. Prefeito Jaime Lerner a quem tenho admiração, nós tivemos a nossa posição na época já muito clara, nós votamos contra. E seria um contra-senso de minha parte, entendendo que se eu votei na Constituição, e hoje eu vo-

tando favorável. Agora, eu acho que as cidades do interior merecem o mesmo tratamento, o mesmo respeito do Governo, porque então não enviarmos recursos para que os Prefeitos do interior façam o seu parque industrial, e assim, Deputado Túlio, não estaria enchendo Curitiba do pessoal do interior; nós estaríamos gerando emprego no interior e não estariam roubando na Capital do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto, conservem-se como estão.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente é que o Deputado Orlando Pessuti mencionou que esse acordo seria feito através de compensação de crédito junto ao BRDE e eu me recordei de ter lido na mensagem, que havia na verdade esse crédito suplementar e cancelava diversas rubricas entre elas do IAPAR e outros órgãos. Então, antes da votação que o ilustre representante da Bancada Governista esclarecesse, porque não constou pelo menos, da Mensagem que os créditos seriam resultantes do BRDE, mas sim do Orçamento do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - De acordo com o Regimento Interno, para encaminhamento de votação o Deputado pode usar da palavra uma só vez. A Mesa tem sido tolerante, com o dispositivo Regimental, mas vai apelar aos Senhores Deputados para que usem da palavra uma só vez, para encaminhamento de votação.

Srs. Deputados que aprovam o Projeto queiram conservar-se como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Gostaria de registrar o meu voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 246/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI e OUTROS, que estabelece as Diretrizes da Política Agrícola Estadual e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.A.I.C. e C.E.M.A.. PARECER FAVORÁVEL da C.A.I.C., às emendas ns. 01, 02 e 03 e contrário às demais EMENDA DA C.E.M.A., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário em n. de 09 (nove) de autoria de vários Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA DA COMISSÃO DE ECOLOGIA

Suprimir a expressão "no prazo de 05 (cinco) anos", do art. 30 do Projeto de Lei n. 246/91, que estabelece as Diretrizes da Política Agrícola Estadual e dá outras providências.

Sala das Comissões, em 22.08.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Estado, via SEAB e com embasamento na Lei n. 8014/84 e decorrentes normas regulamentadoras, já vem há mais de três anos interpellando, notificando, autuando e penalizando, tanto os órgãos públicos que danificam as obras protecionistas do solo, ou prejudicam as propriedades, como também e reciprocamente, os proprietários que danificam as rodovias, por falta de obras protecionistas e retentoras do escoamento das águas.

E, para esses efeitos coercitivos já em prática, todos os prazos estão vencidos, em perfeita consonância com as normas atuais e vigentes.

Pois bem, com a instituição agora de um novo e longo prazo (cinco anos), ficariam revogadas todas as medidas legais coercitivas já em prática e produzindo resultados. Todos os processos da espécie (centenas), com prazos compelidores para execução de obras, seriam invalidados, pois os infratores, sem dúvida, argüirão o novo interstício concedido pela nova lei. Seria um grande benefício aos infratores refratários e, reciprocamente, um grande prejuízo à proteção do solo e das rodovias.

Não obstante, subtraindo-se a expressão "prazo de cinco anos", o dispositivo legal, seria um recomendável apoio às normas já existentes.

Frisamos, que essa observação é calçada na experiência diária, pois há anos vimos analisando todos os processos de autuação, correspondentes da Lei de Proteção do Solo.

Quanto as demais disposições pertinentes a esse capítulo, merecem de nossa parte integral apoio.

PROJETO DE LEI N° 246/91

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N° 01

Acrescenta-se ao artigo 28 do Projeto de Lei n. 246/91, o seguinte parágrafo único:

O Governo do Estado implantará ESTAÇÕES DE CARCINICULTURA (post-lavra de camarões) nas Baías de Paranaguá, Antonina, Guaraqueçaba e Guaratuba, com recursos específicos do próprio orçamento estadual.

Sala das Sessões em 05.12.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Apoio: Mário Bezerra, Colombino Grassano, João Iensen, Nelson Justus e Rossoni.

## JUSTIFICATIVA:

As pesquisas científicas realizadas através dos anos pelos órgãos técnicos, são favoráveis que havendo as instalações de Carcinicultura em toda a extensão das Baías litorâneas, onde os índices de crescimento entre os seres do gênero que podem atingir 5% são considerados como essenciais para o povoamento marítimo, onde os pescadores com isso também terão aumentos na criação natural dos peixes da chamada "baía adentro".

Para o Governo do Estado - através da EMATER - PR - será fácil a instalação dessas Estações de Carcinicultura, onde já existem vários projetos em adiantados estudos, com isso não terá a receita alteração de custos, por constar das próprias diretrizes, porém, sem determinação específica, o que irá ocorrer com a presente emenda.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 02

Acrescente-se ao artigo 28 do Projeto de Lei n. 246/91, o seguinte parágrafo único:

O Governo do Estado implantará ESTações DE CARCINICULTURA (post-lavra de camarões), nas Baías de Paranaguá, Antonina, Guarapueçaba e Guaratuba, com recursos específicos do próprio orçamento estadual.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Apoio: Rafael Greca, Colombino Grassano, Nelson Justus, Geraldo Cartário, Heinz Herwig, Neivo Beraldin, Cezar Silvestri, Emília Belinati, Luiz Carlos Martins e Rossoni.

## JUSTIFICATIVA:

As pesquisas científicas realizadas através dos anos pelos órgãos técnicos, são favoráveis que havendo as instalações de Carcinicultura em toda a extensão das Baías litorâneas, onde os índices de crescimento entre os seres do gênero que podem atingir 5% são considerados como essenciais para o povoamento marítimo, onde os pescadores com isso também terão aumentos na criação natural dos peixes da chamada "baía adentro".

Para o Governo do Estado - através da EMATER-PR - será fácil a instalação dessas Estações de Carcinicultura, onde já existem vários projetos em adiantados estudos, com isso não terá a receita alteração de custos, por constar das próprias diretrizes, porém sem determinação específica, o que irá ocorrer com a presente emenda.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 03

Acrescente-se ao art. 48, para que fi-

que expresse, o seguinte:

Art. 48 - ....., nos termos da lei. Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) HEINZ HERWIG

Apoio: Rafael Greca, João Iensem, Emília Belinati, Rossoni, Lourenço Fregonese.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 04

Inclua-se, no art. 3° do Projeto de Lei n. 246/91, os seguintes incisos:

"Art. 3° - .....

- o privilegiamento do trabalho familiar, da pequena e média produção agrícola, pecuária, florestal, pesqueira e agroindustrial, bem como suas respectivas formas associativas;

- a utilização e o gerenciamento dos recursos naturais em consonância com normas e princípios de defesa e recuperação do meio ambiente;"

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

Apoio: Albino Corazza e Paulo Maia.

## JUSTIFICATIVA:

Julgamos necessárias e oportunas a inclusão dos dispositivos supra-apontados no Projeto de Lei Agrícola, de forma a estabelecer diretrizes mais objetivas com relação a uma política de desenvolvimento rural e agrícola, privilegiando o pequeno e médio investimento e a preservação dos recursos naturais.

## EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N° 05.

Dê-se ao inciso V do artigo 6° do projeto de lei n. 246/91 a seguinte redação:

"V - participação efetiva de todos os segmentos sociais atuantes no meio rural na definição e execução das políticas que definirão os rumos da agricultura paranaense;"

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

Apoio: Albino Corazza, Paulo Maia.

## JUSTIFICATIVA:

Torna-se necessária a substituição do termo "produtores" por "todos os segmentos sociais atuantes no meio rural" de forma a permitir a participação efetiva de todos quantos atuem no meio rural na definição das políticas que determinarão os seus rumos.

Não é outra a intenção senão a de assegurar na lei - e posteriormente na prática - que a definição dos rumos da agricultura paranaense se dê com a presença de todos os interessados.

## EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N° 06

Dê-se ao artigo 38 do Projeto de Lei n. 246/91 a seguinte redação:

"Art. 38 - Os instrumentos de política agrícola, que objetivam o desenvolvimento agrícola e rural são:

- I - planejamento agrícola;
- II - reforma agrária;
- III - pesquisa agrícola e pesqueira;
- IV - assistência técnica e extensão rural e pesqueira;
- V - crédito rural e fundiário;
- VI - tributação;
- VII - comercialização, abastecimento e armazenamento;
- VIII - fomento;
- IX - fiscalização."

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

Apoio: Albino Corazza, Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Incontestes que o Planejamento Agrícola e a Reforma Agrária, dentre outros, são instrumentos de suma importância para que alcancemos o desenvolvimento agrícola e rural.

Neste sentido, objetivando sua inclusão no Projeto de Lei que estabelece as diretrizes da política agrícola estadual, oferecemos à consideração do Plenário a presente Emenda Substitutiva.

#### EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO Nº 07

Dê-se ao artigo 7º do Projeto de Lei n. 246/91 a seguinte redação:

"Art. 7º Fica instituído o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola, junto a Secretaria de Agricultura e do Abastecimento, de caráter deliberativo e funcionando permanente, com as seguintes atribuições:

- I - supervisionar e controlar a execução da política de desenvolvimento rural, especialmente no que respeita ao fiel cumprimento de seus objetivos e a adequada utilização dos recursos pertinentes;
- II - deliberar quanto as prioridades a serem estabelecidas nos Planos Plurianuais de Desenvolvimento Rural, tendo em vista o disposto no inciso anterior;
- III - orientar a elaboração de planos de safra;
- IV - integrar esforços na defesa e na realização das atividades que atendam à agricultura;
- V - evitar o paralelismo de ações;
- VI - propor ajustamentos ou alterações na política de desenvolvimento rural;
- VII - propor e opinar sobre programas de aplicação de recursos especiais na agricultura e demais setores de atividades na área rural;
- VIII - manter sistema de análise e in-

formações sobre a conjuntura econômica e social da atividade agrícola, contribuindo com estudos e informações sobre o desempenho e melhoramento do setor.

§ 1º - As propostas de atendimento aos setores não agrícolas, componentes do desenvolvimento rural, serão articuladas com as áreas específicas da administração pública e da iniciativa privada.

§ 2º - O Conselho aprovará seu regimento em até 60 (sessenta) dias após a promulgação desta lei.

§ 3º - O Conselho se reunirá ordinariamente a cada 2 meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente ou 1/3 dos seus membros".

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

Apoio: Albino Corazza, Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Pretende a presente emenda sanar algumas generalidades existentes na proposta original, de forma a torná-la mais objetiva. Uma delas, é a instituição categórica do Conselho, adotando-se a fórmula "Fica instituído o Conselho ..." em lugar da fórmula "Será instituído um Conselho ..." que, numa análise mais acurada, dá a impressão de que o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola seria ainda instituído, com base em lei específica (vide parágrafo 2º do mesmo artigo). A participação efetiva de todos os segmentos sociais atuantes no meio rural é imprescindível, e devemos incrementá-la de imediato.

Também, a designação de outras atribuições que devem ser incluídas dentre os encargos do Conselho, de forma a torná-lo verdadeiramente deliberativo e que efetivamente contribua com o estado na formulação da política agrícola, vem nos incisos que acrescentamos ao artigo.

Creemos, em vista do alcance da proposta, na aprovação unânime da presente.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 08

Inclua-se, no Capítulo V do Projeto de Lei nº 246/91, o seguinte artigo:

"Art. - O Poder Público Estadual formará, localizará adequadamente e manterá estoques reguladores e estratégicos, visando garantir a compra do produtor, assegurar o abastecimento e regular o preço do mercado interno.

§ 1º - Os estoques reguladores devem contemplar prioritariamente os produtos básicos;

§ 2º - Os estoques reguladores devem ser adquiridos, preferencialmente, de organizações associativas de micro, pequenos e médios agricultores e pescadores artesanais."



Sala das Sessões, em 05.12.91.

(aa) OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

Apoio: Albino Corazza e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

É antiga a problemática do abastecimento alimentar, fator fundamental ao acesso pelas camadas empobrecidas da população à alimentação indispensável ao seu sustento.

Na medida em que os abusos tornam-se insuportáveis, onde os atravessadores inviabilizam uma política de abastecimento adequada à nossa realidade social, deve o Estado entrar em cena através de medidas que visem assegurar não só o abastecimento regular, mas a preços acessíveis.

Neste sentido, propomos seja incluído no Projeto de Lei Agrícola, no Capítulo relativo à Comercialização, de dispositivo, estabelecendo a ação estatal na manutenção de estoques reguladores, definindo alguns critérios para sua administração.

Tal dispositivo permitirá que o Paraná, principal Estado produtor agrícola na Nação, inicie um novo exemplo em seu papel de superar as desigualdades sociais existentes no País: o de, efetivamente, oferecer condições dignas e sadias de alimentação ao povo paranaense.

Acreditamos, em vista do exposto, com a aprovação unânime da presente.

## EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 09

Acrescente-se ao artigo 8º do presente Projeto de lei a alínea seguinte:

"Art. 8º - ...

...

n) Representante da Associação Paranaense de Suinocultores."

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) ALBINO CORAZZA

Apoio: Tadeu Lúcio Machado, Lourenço Fregonese, Doutor Rosinha, Paulo Maia e Heinz Herwig.

JUSTIFICATIVA:

O Paraná é o maior produtor de suínos do Brasil, detendo o maior rebanho, tecnologia das mais avançadas e parque para abate e industrialização dos maiores da América Latina.

A atividade suinícola do Estado, representa grande volume de receitas para os cofres públicos, geração de empregos, fixação do homem ao campo, produção de alimentos e inúmeros outros fatores de desenvolvimento do Paraná.

Pela importância que a categoria representa, será fundamental a participação de seu representante no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural.

O Projeto retorna às Comissões competentes.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 265/91, de autoria do Deputado Dr. Rosinha, que dispõe sobre a criação dos Centros de Convivência de Mulheres, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade.

Sobre o referido Projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

## PROJETO DE LEI Nº 265/91

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO,  
DE Nº 01

Art. 1º - Ficam criados os Centros de Convivência de Mulheres, que constituem-se de casas destinadas a acolher mulheres vítimas de violência ou cuja integridade física corra riscos em decorrência de agressões ou ameaças por parte de seus maridos ou companheiros.

Parágrafo Único - Nos Centros de que trata esta lei será garantida a infraestrutura necessária para acolher, também, os filhos menores de 14 anos.

Art. 2º - Os Centros de Convivência de Mulheres deverão possibilitar às mulheres:

I - localização de sua problemática no interior do contexto social e de sua realidade familiar;

II - a escolha do que for mais adequado em sua situação, objetivando proporcionar uma vida melhor para si e sua família.

Art. 3º - São consideradas elegíveis para ingressar nos Centros as mulheres, sãs ou acompanhadas de seus filhos menores de 14 anos, vítimas de violência que:

I - estejam correndo risco de vida ou sob ameaça de agressões físicas;

II - declarem não dispor de outro local onde possam abrigar-se;

III - não apresentem problema de saúde que impeçam a convivência em grupo.

Parágrafo Único - As mulheres consideradas não elegíveis em face do não preenchimento do requisito previsto no inciso III deste artigo serão encaminhadas, pelo setor de triagem dos Centros, à instituição específica de saúde, a fim de receber o devido acompanhamento médico, levando-se em consideração a situação de vítima de violência.

Art. 4º - O encaminhamento aos centros de Convivência de Mulheres será feito:

I - pelas Delegacias de Polícia ou Distrito, no ato de registro de queixa policial;

II - por órgão público;

III - por procura direta da mulher.

Parágrafo Único - Nos casos dos inci-



sos I e II, as mulheres deverão se fazer acompanhar de competente relatório.

Art. 5º - Os Centros de Convivência de Mulheres de que trata esta lei contarão, além de outros definidos em sua regulamentação, com serviços de Psicologia e Serviço Social, aos quais caberá proceder a triagem e acompanhamento dos casos e aconselhar a liberação ou não das mulheres acolhidas.

Art. 6º - Os Centros de Convivência de Mulheres deve, prestar os seguintes serviços:

- I - assistência social e psicológica, visando a reintegração sócio-psicológica das mulheres;
- II - apoio jurídico para acompanhamento e defesa processual;
- III - saúde;
- IV - oferta e disponibilidade de empregos;
- V - garantia de segurança de vida para as mulheres sob ameaça;
- VI - apoio à locação de imóveis;
- VII - apoio e assistência aos filhos menores de 14 anos.

Art. 7º - A vinculação administrativa na estrutura organizacional do Estado, dos Centros de Convivência de Mulheres, será definida na Lei de que trata o artigo 11 desta lei, assegurada a sua fiscalização por entidades e movimentos de mulheres.

§ 1º - Será instalado, prioritariamente, um Centro de Convivência de Mulheres em cada região administrativa do Estado.

§ 2º - A instalação dos Centros de Convivência de Mulheres em número mínimo que atenda o disposto no parágrafo anterior se dará no prazo de um ano a contar da publicação desta lei.

Art. 8º - Os Centros de Convivência de Mulheres serão administrados por Conselhos Diretivos composto por:

- I - 02 (dois) representantes do órgão ao qual ficarão vinculados;
- II - 03 (três) representantes dos Movimentos de Mulheres por estes indicados.

Art. 9º - As mulheres que buscarem apoio dos Centros de que trata esta lei serão encaminhadas a fim de proceder o registro de notícias crimes junto as Delegacias da Mulher.

Art. 10 - Os Centros de Convivência de Mulheres serão administrados conforme critérios estabelecidos em Regimento Interno aprovado pelos respectivos Conselhos Diretivos.

Art. 11 - No prazo de 90 (noventa)

dias a contar da publicação desta lei, o Poder Executivo deverá encaminhar à Assembleia Legislativa Projeto de Lei dispondo sobre a criação dos cargos necessários à implantação dos Centros de Convivência de Mulheres e sobre a vinculação administrativa de que trata o artigo 7º.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios com projetos correlatos a nível Municipal e Federal.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1992, Crédito Especial destinado a abrir rubrica para o atendimento das despesas decorrentes desta lei.

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Heinz Herwig, Rossoni, Emília Belinati, Ernani Pudell, Ovídio Constantino e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos, através do presente Substitutivo Geral, dar ao Projeto de Lei nº 265/91 as adequações fruto de sugestões das entidades e movimentos de mulheres, ou que se apresentam necessárias no curso de sua tramitação.

Dentre elas, a autorização contida no artigo 13, relacionada a abertura de Crédito Especial no orçamento de 1992, para o atendimento das despesas decorrentes do presente Projeto. A proposta orçamentária aprovada prevê recursos para a realização de estudos de viabilidade. O que se faz necessário, entretanto, é a efetivação imediata dos Centros, de forma a prestar-se a assistência necessária para às mulheres vítimas de violência.

Esta e outras alterações aperfeiçoam o Projeto, deixando-o, a nosso juízo, em melhores condições de merecer o apoio incondicional deste Legislativo, que, dentre outras, tem a preocupação com a mulher em nível muito forte.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

O Projeto retorna à Comissão competente.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/91, de autoria do Deputado JOSE AFONSO JÚNIOR, que implanta no sistema de Ensino Público Estadual, a Semana do Ver e Ouvir, objetivando sanar deficiência no quadro estudantil. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.S.P., por unanimidade.

de.

## PROJETO DE LEI Nº 472/91

Sobre o referido Projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

## PROJETO DE LEI Nº 366/91

## EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO

Artigo Único - O art. 1º, do Projeto de Lei em tela, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - A Secretaria de Educação, em conjunto com a Secretaria de Saúde, deverão, obrigatoriamente, ao início de cada ano escolar, promover a Semana do "Ver e Ouvir", consistente em exames auditivo e visuais, realizados por médicos habilitados, propiciando aos casos de deficiência encontrados, o correto tratamento e equipamento apropriado, de forma gratuita."

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) JOSE AFONSO JÚNIOR

Apoio: Toti Colaço, Domingos Carvalho, Duílio Genari e Alceu Swarowski.

Em discussão.

Encerrada a discussão.

O Projeto retorna à Comissão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/91, de autoria do Deputado ADEMAR LUIZ TRAIANO, que obriga a identificação dos passageiros em transporte rodoviário no Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C., e C.S.P., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 468/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM nº 95/91, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Companhia Paranaense de Energia - COPEL, o imóvel que especifica, situado na sede do Município de Inajá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 472/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 097/91, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a carga tributária do ICMS em relação as operações internas com mercadorias da cesta básica paranaense, indicadas em decreto, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Sobre o referido Projeto, Emendas de Plenário em nº de 05 (cinco) de autoria de vários Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

## EMENDA DE PLENARIO Nº 01

Inclua-se onde couber, o seguinte produto à Mensagem do Poder Executivo nº 97/91.

Fica o Poder Executivo igualmente autorizado a assumir os compromissos na redução da carga tributária do ICMS, em relação as operações internas com mercadorias da Cesta Básica, incluindo-se o Fubá como um dos produtos básicos.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

Apoio: Costenaro Neto, Tadeu Lúcio Machado, Plauto Miró Guimarães e Domingos Carvalho.

## JUSTIFICATIVA:

Há muitos anos, o Fubá é um alimento que faz parte da mesa da população brasileira, por ser um alimento de custo baixo, muitas proteínas, tornando-se nutritivo para crianças e adultos.

É importante sua colocação na Cesta Básica, atendendo assim, as camadas de baixa renda e também para a saúde do povo do Paraná.

## EMENDA SUPRESSIVA DE PLENARIO Nº 02

Art. 1º - Fica suprimido o artigo 2º.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) DALTON MACHUCA

Apoio: Colombino Grassano, Lourenço Fregonese, Rossoni, Emília Belinati e Rafael Greca de Macedo.

## JUSTIFICATIVA:

O Projeto de lei emendado visa reduzir a carga tributária nos produtos da cesta básica e aumentar a alíquota sobre as operações com gasolina, álcool, anidro e hidratado para fins de combustíveis e as prestações de telefonia.

Não há obrigatoriedade de estabelecer critérios, ou seja, reduzindo a carga tributária de alguns produtos para aumentar outros.

O que se pretende, na verdade, é aumentar a receita do Estado, quando os encargos tributários já atingem patamares elevadíssimos, gerando com isso menor poder de consumo.

Outro aspecto relevante, nas razões de sustentação do projeto original, é o fato da Fazenda Pública isentar os produtos da cesta básica por não dispor de meios para fiscalização, enquanto eleva a alíquota de produtos de fácil fiscalização.

Esse, porém, é um problema gerencial do Estado e a população não deve arcar com isso.

EMENDA MODIFICATIVA  
DE PLENÁRIO DE Nº 03/91

O art. 2º passa a ter a seguinte redação:  
"Art. 2º - Ficam incluídas no inciso I do art. 23 da Lei nº 8933, de 26 de janeiro de 1989 - alíquota de 20%, as operações com gasolina e álcool anidro e hidratado para fins combustíveis e as prestações dos serviços de telefonia.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Apoiamento: Rafael Greca de Macedo, Nelson Justus, Emília Belinati, Rossoni, João Iensen e Lourenço Fregonese.

EMENDA ADITIVA DE  
PLENÁRIO DE Nº 04/91

Inclua-se no Projeto de Lei nº 472/91, o seguinte artigo:

"Art. .... Se no prazo de oito (08) meses, a contar da vigência desta lei, não se verificar, pelos mecanismos de aferição do Estado, a redução no preço real dos produtos da cesta básica, será automaticamente revogada a redução estabelecida no art. 1º desta lei, devendo ser utilizados os recursos correspondentes ao ICMS da cesta básica na implementação de programa de distribuição de cestas e alimentos à população carente do Estado em caráter gratuito ou subsidiado."

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(aa) ERNANI PUDEL

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Túlio e Rossoni.

EMENDA ADITIVA DE  
PLENÁRIO DE Nº 05/91

Acrescente-se parágrafo ao art. 2º do Projeto de Lei nº 472/91:

"Parágrafo Único - "O recolhimento da alíquota de 25% sobre as operações de álcool anidro e hidratado será feito pelas distribuidoras do produto" no prazo de 05 dias a contar da emissão da respectiva nota fiscal.

Sala das Sessões, em 05.12.91.

(aa) ERNANI PUDEL, DR. ROSINHA e

OVIDIO CONSTANTINO.

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Túlio e Rossoni.

Em discussão.

O projeto retorna à Comissão competente.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/91, de autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, que autoriza o Poder Executivo a ceder o uso de imóvel do Estado, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. -

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 499/91, de autoria do Deputado COLOMBINO GRASSANO e outros, que revoga o parágrafo único da Lei nº 9291, de 07.06.90 (imóveis). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão e votação por duas (02) sessões.

Aprovado.

Fica, portanto, adiada a discussão por duas (02) sessões, do Projeto de Lei nº 499/91.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 058/91, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Moreira Salles, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Paranã d'Oeste, desmembrando-o do Município de Moreira Salles. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões.

Aprovado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Para encaminhar) Solicitaria de Vossa Excelência o teor do requerimento do Deputado Nilton Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Lê):  
"Requer, após ouvido o Plenário, a retirada por dez sessões..."

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Dez sessões?!

Eu faria um apelo ao Deputado Nilton Barbosa que retirasse esse requerimento, uma vez que nós temos um prazo pela frente muito curto, até o dia 31 de dezembro, para os plebiscitos. Nós sabemos que há um interesse do Deputado Nilton Barbosa, não na criação, mas nós assumimos um compromisso com aquela comunidade, e este projeto já adentrou nesta Casa por dois Deputados, e às vezes por falta de documentação e até um erro que houve de mapeamento, nós fomos solicitados para que fizéssemos esse projeto. E hoje o projeto se encontra em perfeitas condições, já analisado pelas Comissões.

Eu faria um apelo ao meu amigo, Deputado da região Noroeste, Nilton Barbosa, que entendesse da necessidade e o desejo daquela comunidade de ter a sua indepen-

dência, assim como tiveram outros municípios que eu tive a oportunidade de votar em projetos de Vossa Excelência, dando a liberdade para que possam, também, viver e caminhar com suas pernas.

Então, faço um apelo ao Deputado. Se o Deputado entender que seria talvez prejudicial na questão política, eu faria um apelo ao Plenário, para que votasse neste meu projeto.

O SR. NILTON BARBOSA (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Como representante do Município de Moreira Salles, onde tive o prazer de ser o Deputado mais votado daquela comunidade, eu gostaria de prestar aqui aos companheiros o respeito e a admiração que todos sabem que tenho pelo meu companheiro de área, Deputado Dirceu Manfrinato. Mas, o que nós não podemos admitir é que aconteçam coisas, às vezes, injustificando algumas comunidades.

Eu falava há pouco com o Deputado Colombino Grassano que me causou, inclusive, estranheza o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, com relação a este projeto, porque a área que hoje quer se emancipar está em litígio. Eu tenho aqui o mapa. A divisa do município de Moreira Salles com o Município de Goioerê, passa exatamente dentro da cidade, do patrimônio, do Distrito de Paranã do Oeste.

Então, qual é a nossa intenção? A nossa intenção não é atrapalhar a emancipação do município de Paranã do Oeste. A nossa intenção é sim, regularizarmos a área que está hoje em litígio. Porque não podemos, nesta Casa, cometer injustiças. E se nós aprovarmos a criação, a autorização do plebiscito para criação do município de Paranã do Oeste, estaremos cometendo uma injustiça, inclusive aprovando uma coisa ilegal, porque não tem legalidade hoje a área lá de Paranã do Oeste.

Por isto, eu gostaria de contar com o apoio do companheiro Dirceu Manfrinato, que tirássemos por dez sessões, para que inclusive não aprovássemos ainda este ano, para que pudéssemos, num mais rápido prazo de tempo possível, aceitarmos a linha divisória do município de Goioerê com o Município de Moreira Salles.

Por isso, fica aqui o meu apelo ao Deputado Dirceu Manfrinato, a quem por três eleições nós disputamos na mesma região e nunca sequer tivemos uma divergência, dado o respeito, a lealdade, o companheirismo que temos.

Por isto, eu gostaria que ele me permitisse que atuasse no Município onde eu fui o mais votado. E o companheiro Dirceu Manfrinato, lamentavelmente, não teve votos em Moreira Salles. Foi procurado, as-

sim como foi procurado na época o Deputado Namir Piacentini, que entrou com um projeto para desmembrar Paranã do Oeste.

Tenho aqui o projeto de autoria do Deputado Geraldo Cartário, também criando o município de Paranã do Oeste. E agora, mais uma do companheiro Dirceu Manfrinato.

Por favor, companheiros, votemos com a legalidade, com a certeza de que não erraremos e nós haveremos de consertar a área litigiosa de Moreira Salles e Goioerê.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu acho até que o ilustre companheiro Nilton Barbosa teve tempo suficiente para analisar se houve irregularidade na questão do projeto.

Quero discordar do Deputado Nilton Barbosa com relação à acusação contra a Comissão de Constituição e Justiça. A CCJ, presidida pelo ilustre Deputado Colombino Grassano, ela deve ter analisado com muita competência para dar o seu parecer.

Eu apenas estou dando um apoio àquela comunidade, quando o Sr. Deputado Namir Piacentini fez aquele projeto. Depois, quando houve dúvidas na documentação, iniciou-se o projeto pelo Deputado Geraldo Cartário: estas irregularidades também criaram problemas no projeto, aí, nós providenciamos toda a documentação, comprovamos que o projeto é quente e hoje ele está caminhando. Eu até acho, Deputado Nilton Barbosa, que Vossa Excelência deveria ter visto um pouco antes, e até quero ser mais ético nesta Casa e pedir aos companheiros da bancada do PST, por ser uma questão de dois Deputados do mesmo Partido, que têm do Deputado Dirceu Manfrinato a liberdade de votar como acharem melhor, para fazer justiça, porque eu não quero criar um problema ético entre o Deputado Nilton Barbosa e a minha pessoa dentro da Bancada do PST. E, peço mais uma vez, o apoio dos companheiros da Assembléia Legislativa.

Obrigado.

O SR. NILTON BARBOSA - Eu gostaria de dizer ao nobre companheiro que não acusei a Comissão de Constituição e Justiça.

Pelo contrário. Tenho um profundo respeito pelos companheiros que a compõem, inclusive pelo nobre Deputado Colombino Grassano, que a preside. Eu disse que me causou estranheza o parecer favorável, e eu conversei inclusive com o Deputado Colombino Grassano. Eu tenho aqui o mapa e podemos fazer uma consulta ao IBGE, para ver se realmente a área está em litígio ou não. O que eu quero é que façamos aqui justiça.

Eu gostaria da compreensão, mais uma vez, do Deputado Dirceu Manfrinato, porque eu represento o município de Moreira Sal-

les, onde tive a maioria dos votos daquele município. Eu tenho a responsabilidade, como todos os parlamentares aqui têm, da representação dos seus municípios e de suas regiões.

Por isso eu gostaria de contar com a colaboração e a compreensão dos nobres Parlamentares, para que retirassem por 10 sessões, para termos tempo necessário para resolver a área de litígio.

Por isso eu imploro aos nobres companheiros que votem pela retirada por 10 sessões, para que não cometamos aqui mais uma injustiça.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, acho que se trata de uma divergência em família e pode facilmente ser resolvida. Eu tomo a liberdade de sugerir uma medida salomônica, por parte da Mesa, em que nós pudéssemos retirar o projeto por duas sessões, talvez, e nesse meio tempo haveria a possibilidade de, fraternalmente, os ilustres Deputados Manfrinato e Nilton Barbosa, chegarem a um acordo e trazer aqui uma posição de consenso.

Esta é a sugestão, Sr. Presidente, porque em briga de marido e mulher sempre aquele que se envolve acaba sobrando. Depois, eles se acertam e a gente fica mal. Então, eu gostaria de fazer este apelo aos ilustres colegas, que chegassem a um acordo.

O SR. NILTON BARBOSA - Sr. Presidente, atendendo à solicitação do companheiro Deputado Ernani Pudell, eu mudaria o meu requerimento para 5 sessões, e neste prazo nós conversaríamos com o Deputado Manfrinato, consultaríamos o IBGE e eu teria a oportunidade de conversar com o prefeito e lideranças do município, para que entremos num entendimento.

Eu trocaria por cinco sessões.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, havia já um acordo anterior entre eu e o Deputado Nilton Barbosa, de que eu concordei, a princípio, com a retirada por cinco sessões, mas o Deputado Nilton Barbosa, muito inteligente, habilitado, em respeito à sua posição neste Plenário, colocou dez sessões.

Então eu faria um acordo, porque eu não tenho esta habilidade, mas faço um apelo ao ilustre Deputado, que daria tempo até para as comissões.

Eu convoco as Comissões para analisar profundamente, que retirassem então por três sessões, e gostaria de dizer ao ilustre Deputado do PT de que esta briga de família é uma briga salutar e eu gostaria que todas as brigas de família fossem como a briga da família do PST.

Eu faço um apelo para que seja por três sessões, concordo com o ilustre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - É é uma briga entre irmãos, não entre marido e mulher.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Por cinco sessões, Sr. Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu insisto em três sessões, senão vamos votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Deixa mais barato que ele fica freguês. Três sessões.

Os Srs. Deputados que aprovam a retirada por três sessões, conservem-se como estão.

Aprovado.

Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia por três (03) sessões o Projeto de Resolução nº 058/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/91, de autoria do Deputado João Preis, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Pastor João Barbosa de Macedo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Publ. D.A. nº 151 de 18.11.91).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI Nº 523/91

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado João Preis, o Projeto de lei nº 523/91, visa conceder o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao pastor João Barbosa de Macedo.

Justifica-se pela sua bondade, honestidade no trabalho do Evangelho da sua comunidade, trazendo valioso benefício social à administração do Abrigo Esperança da Igreja da Assembléia de Deus no Estado do Paraná.

O Projeto está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno, nos Arts. 124, parágrafo 5º e 125, Parágrafo Único, do mesmo Estatuto, com arrazoado que nos convence de sua oportunidade razão pela qual opinamos favoravelmente a sua aprovação, já que não encontramos qualquer óbice legal ou constitucional que possa, obstacularizar a sua normal tramitação por esta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ TAVARES

Relator

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu quero trazer uma preocupação a Vossa Excelência que eu ouvi alguns comentários de bastidores de que poderia haver por parte do Governo do Estado uma convocação extraordinária da Assembléia durante o recesso. Eu sei que a Mesa está fazendo um esforço enorme, inclusive o próprio Relator da Lei Orçamentária, também, fez um esforço muito grande, até foi passível de críticas, talvez por ter apressado o seu trabalho, mas, enfim, fez a sua parte e a Assembléia votará possivelmente a Lei do Orçamento e Diretrizes do Plano Plurianual até o dia 15; e nós, eu estou profundamente preocupado Sr. Presidente e acredito que Vossa Excelência também já havia reiterado que não irá convocar Assembléia em período extraordinário após o dia 15.

Então, eu gostaria de saber se há alguma coisa nesse sentido efetivamente, ou se Vossa Excelência irá manter a sua posição, independente da vontade do Governador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não vai convocar, já manifestou publicamente essa sua decisão. Agora se o Governador convocar é um imperativo Constitucional e nós teremos que funcionar.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, parece-me que o problema é a Mensagem do funcionalismo, não é? Espero que não seja o "cavalo de Tróia" desta vez, porque da outra vez foi o BADEP.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Era bom perguntar ao Senhor Líder do Governo aonde é que anda a Mensagem do 13% dos aposentados do IPE, dos pensionistas e aposentados do IPE, que...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Para cumprimentar Vossa Excelência pelas declarações que a imprensa de hoje, publica com relação a convocação extraordinária desta Assembléia, não pagamento de jetons e, a decisão firme de Vossa Excelência também, em não convocar no recesso parlamentar. É uma decisão justa de Vossa Excelência, porque nós estamos com a consciência tranqüila de que estamos apreciando todas as matérias que têm chegado às mãos dos Srs. Deputados e para sua votação.

De modo que o comportamento de Vossa Excelência é, realmente, digno de registro porque demonstra a alta preocupação em manter o bom nome do Poder Legislativo.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu

quero acrescentar em nome da Bancada do PT, Sr. Presidente, que nós somos solidários à posição de Vossa Excelência e nós não queremos de forma alguma aí, um 13% de forma às avessas.

Então, somos solidários à posição e esperamos que a Mesa realmente mantenha esta posição. E fazemos um apelo para que o Governo mande urgente as Mensagens que ainda tem interesse e sejam votadas até o recesso para não justificar uma convocação da Assembléia em pagamento de jetons, que custará muito caro ao Estado do Paraná, que aliás já está com as suas finanças combalidas, diga-se de passagem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa anuncia para segunda-feira - além das duas Mensagens Governamentais - o Plano Plurianual do Orçamento e o Orçamento propriamente dito, mais dezesseis Projetos, sendo que 90% trata-se de matéria de origem do Poder Executivo.

Eu apelo aos Srs. Deputados que compareçam na segunda-feira para votação.

Deputado Pessuti com a palavra.

O SR. ORLADO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, inicialmente para solicitar de Vossa Excelência que determine a inclusão na Ordem do Dia de segunda-feira, do Projeto de Lei nº 247, de nossa autoria que propõe modificações na lei que instituiu o Fundo Agropecuário do Paraná, há alguns anos atrás. Esse Projeto, foi emendado em segunda discussão na Sessão do dia 4/11, portanto há 30 dias atrás e está, portanto, já, com o seu prazo vencido de retornar à Ordem do Dia, para ser apreciado em segunda e terceira discussão.

Num prosseguimento à nossa Questão de Ordem, nós gostaríamos de dizer que Sua Excelência o Governador Roberto Requião quando em reunião com o bloco de sustentação ao Governo do Estado com assento nesta Assembléia, anunciou na noite de ontem que haverá de convocar sim, a Assembléia do Paraná para um período de trabalho em regime extraordinário. E justifica Sua Excelência, do Sr. Governador da necessidade de tal procedimento, em virtude de que estará endereçando hoje, à Assembléia Legislativa ou no mais tardar, na segunda-feira, mensagem que propõe o aumento de salário para os servidores públicos no mês de janeiro, bem como, também, mensagem governamental que institui no Paraná o Fundo de Previdência Estadual que pretende Sua Excelência o Governador ver aprovado ainda neste ano.

Em razão disto, e em razão daquilo que manifestou também o Sr. Presidente com relação as matérias incluídas na Ordem do Dia de segunda-feira, já fizemos uma convocação aos Parlamentares que estão sob a



nossa Liderança e gostaríamos, também, de solicitar aos demais Deputados que todos estivessem aqui, estamos hoje, e estivemos em outras ocasiões, para que pudéssemos, no prazo regimental dar cabo às votações às matérias que se encontram tramitando na Assembléia. E que, se, porventura, virem a ser enviadas pelo Governador do Estado, certamente, elas o serão com a recomendação de serem aprovadas no período extraordinário que será convocado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 3378, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem) - Só para fazer menção nos Anais da presente Sessão, do Centenário de falecimento do Sr. Imperador Dom Pedro II, que foi ao seu tempo um dos brasileiros mais modernos de toda a história deste País e que transcorre no dia de hoje.

E no dia de amanhã, o aniversário de morte do Presidente João Belchior Marques de Goulart alma do ideário trabalhista que o nosso Presidente Nacional Dr. Leonel Brizola ainda encarna na política brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de nº 3374, de autoria do Sr. Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3353, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3354, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3356, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3357, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3375, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3377, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3376, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legisla-

tiva.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento de nº 3372, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, com apoio dos Srs. Deputados José Tavares, Nelson Garcia, Nelson Justus e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Aprovado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A questão do sistema hospitalar no Paraná, não é só o Hospital Evangélico que está em caos. A maioria da população brasileira, e no caso a paranaense, não consegue ter atendimento médico de boa qualidade assim que adoece. A maioria dos hospitais busca o lucro e não o atendimento do doente. A maioria dos hospitais trabalha como grande empresa, não atendendo o doente como um cidadão, como um ser humano, como alguém que necessita de um atendimento digno para poder voltar à sua condição de saúde.

Os hospitais que volta e meia alegam que não há condições de atendimento, em nenhum momento abrem as contas para torná-la públicas, para fiscalização. Imediatamente estes hospitais rompem o convênio com a Previdência Social e negam o atendimento à população.

Todos estes problemas ligados aos hospitais, podem e devem ser discutidos no Conselho Estadual de Saúde. Conselho este que não funciona porque, autoritariamente, o Governador Roberto Requião fez um decreto e esta Casa de Leis, obedecendo o que manda o Governador, a bancada governista votou contra um projeto de nossa autoria, que criava este Conselho. Conselho este democrático, que ouviria a população e encaminharia as necessidades, discussões e fiscalização desses hospitais.

Entendemos que pode ser grave a situação do Hospital Evangélico, como de outros, mas é urgente, que se defina uma política de saúde para o Estado do Paraná, uma vez que o Secretário de Saúde do Estado não está executando política nenhuma, a não ser o clientelismo político e não tem exercido a fiscalização que deve ser feita em relação aos hospitais.

É necessário que se faça uma lei, com urgência, criando o Conselho Estadual de Saúde e que este seja composto como manda a Lei nº 8142, lei federal, com 50% de usuários e os outros 50% é de prestadores e trabalhadores do setor de saúde. E o Governo Roberto Requião impede que esta lei



seja feita e fez ele por decreto.

Votaremos favoráveis a este requerimento, mas protestando pelo descaso da Secretaria Estadual de Saúde, pelo autoritarismo do Sr. Governador em não fazer um projeto de lei para criar o Conselho Estadual de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento.

Aprovado.

Requerimento de nº 3336, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, José Tavares e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 3355, 3358, 3359, 3360, 3361, 3362, 3363, 3364, 3365, 3366, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 3370, de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na

forma do artigo 155 do Regimento Interno.

O SR. ALGACI TÓLIO (Pela Ordem) - Gostaria apenas de fazer um convite aos Srs. Parlamentares que se puderem dar a satisfação de suas presenças no próximo domingo neste Plenário, quando da convenção do PDT.

Desde já o nosso agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 09, à hora regimental, com seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 441, 440/91.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 163, 503/91.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/91.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 429, 436, 512, 524, 535, 539, 541, 540, 542, 544, 547, 548 e 555/91.

Levanta-se a sessão.